



Boletim do

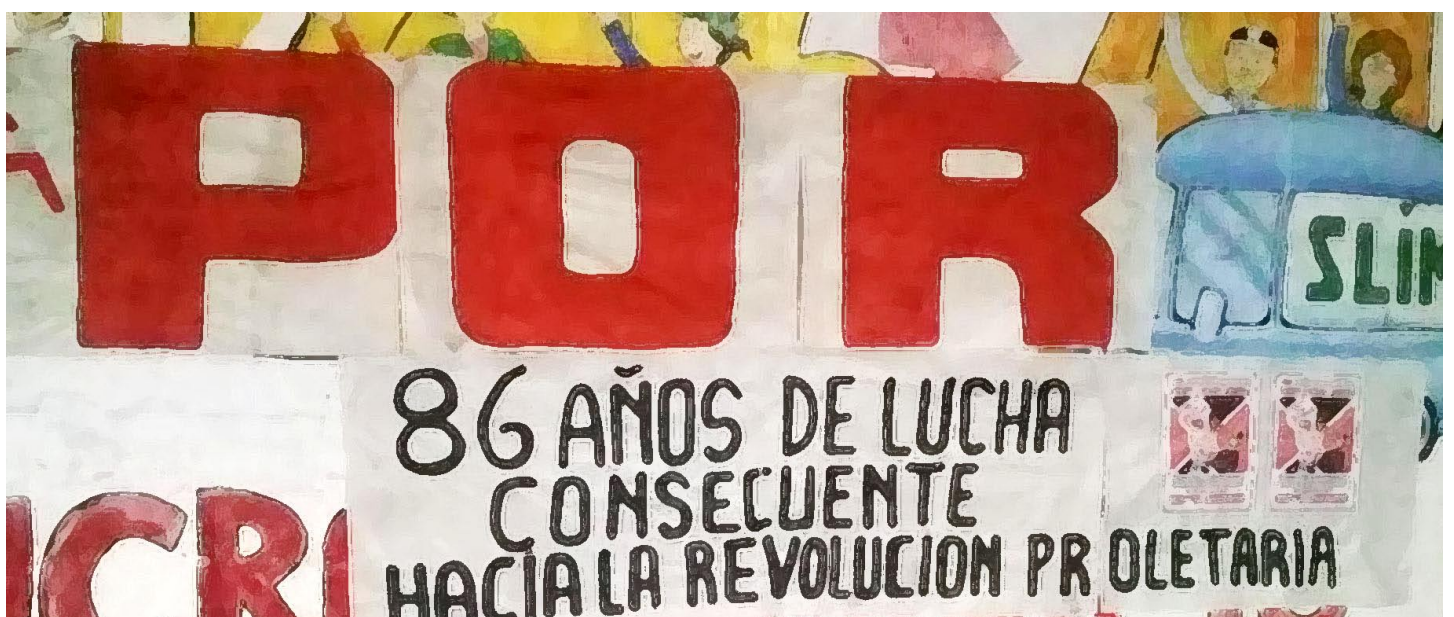
Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português | AGOSTO 2021

R\$ 5

**Construir a direção
revolucionária mundial, para
orientar as lutas sob a estratégia
do governo operário e camponês**

**Impedir o desvio do movimento dos explorados para
o terreno democratizante da conciliação de classes**



Viva os Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Este Boletim concentra a atenção na dramática crise social, econômica e política, pela qual passa o Continente. Avançam a decomposição capitalista e a barbárie social. As massas, movidas pelas necessidades de sobrevivência mais elementares, recorrem à ação direta, aos seus métodos de luta, e à organização própria. Resistem e se rebelam, potenciando o instinto de revolta, rompendo o cerco da política burguesa de colaboração de classes.

Em toda a parte, surge o problema da direção política e sindical das massas. As direções conciliadoras procuram manter a revolta no quadro da ordem capitalista, da legalidade. Desviam as tendências profundas que se formam no seio das massas, que procuram instintivamente a conquista do poder, para pôr fim de uma vez aos desastres do capitalismo em desintegração.

A Pandemia expôs mais claramente o significado histórico da destruição da III Internacional pelo estalinismo e desintegração da IV Internacional pelo revisionismo. Em todo o mundo, sem exceção, apesar das diferenças, a classe operária e demais trabalhadores foram obrigados a suportar, não só a onda de mortes, mas também a do fechamento de fábricas, das demissões, das perdas salariais e da precarização das condições de trabalho. O flagelo generalizado somente poderia ser respondido pelo proletariado em nível internacional, e com diretrizes centralizadas de combate aos monopólios, ao imperialismo e às burguesias serviçais das semicolônias. A resistência das massas, no âmbito nacional, assinalou a necessidade da luta mundial do proletariado, sob as diretrizes do Programa de Transição da IV Internacional. A capitulação generalizada dos reformistas e das esquerdas centristas às respostas da burguesia em cada país concluiu em capitulação diante da guerra comercial em torno às vacinas, orquestrada pelos Estados Unidos. Em meio às brutais consequências da crise, do desespero dos explorados e da ausência de direções revolucionárias, se ergueu a tarefa de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

É nessas condições que também se evidenciaram as fraquezas do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui). O que trouxe à luz a necessidade imperiosa de assimilar a história do POR da Bolívia e o particular lugar de seu dirigente Guillermo Lora. Em junho de 2021, o POR completou 86 anos de sua fundação. O essencial está em que o marxismo-leninismo-trotskismo deu expressão consciente ao processo instintivo das massas. Deu-lhe expressão política e teórica, intervindo desde o seio da classe operária e das massas oprimidas. E, ao mesmo tempo, o POR se viu limitado pela crise mundial de direção, que se agravou com o revisionismo e o estilhaçamento organizativo da IV Internacional. Essa contradição somente foi compreendida e respondida com a edificação do programa no seio do operariado mineiro e da aguda luta de classes. A tarefa de romper o isolamento do POR da Bolívia é parte da luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Diante de tamanha devastação das conquistas mundiais do proletariado, a vanguarda revolucionária se depara com o fato de que o POR boliviano, desde cedo, assimilou a tese marxista de que construir o partido é construir o programa, isto é, conhecer profundamente a realidade que deve ser transformada, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, do governo operário-camponês. Em sua base programática, se encontra a orientação marxista-leninista-trotskista de que, na Bolívia, como em todas as semicolônias, a burguesia e a pequena burguesia não poderão cumprir as tarefas democrático-burguesas. Essas tarefas passaram para as mãos do proletariado. No país atrasado e

semicolonial, de economia combinada, as premissas da revolução social estão dadas por expressar o entrelaçamento da Bolívia à economia mundial. Essa compreensão essencial e aplicação da teoria da Revolução Permanente permitiram ao POR enfrentar o nacionalismo burguês e pequeno-burguês, sinalizando, desde o início, que acabariam de joelhos perante o imperialismo.

Essa fortaleza ideológica levou o POR a enfrentar o nacionalismo em um momento crucial da história boliviana, que foi a Revolução de 1952. O que o obrigou a se confrontar com o revisionismo da IV Internacional, que a levaria à sua desintegração. E, mais tarde, a combater as nefastas experiências foquistas, que se desviavam e se contrapunham à organização do proletariado, sob a direção do POR. O sólido programa porista permitiu derrotar politicamente essas expressões, e protagonizar a Assembleia Popular de 1971. E caracterizar, com precisão, os fenômenos mais relevantes da luta de classes em nível internacional, como o castrismo ou a Perestroika, ou a onda nacional-reformista no continente e o chamado Socialismo do Século XXI. Por isso, sua elaboração programática e teórica é essencial para reconstruir a IV Internacional. É necessário trabalhar com esse método para construir as seções, para edificar a direção internacional. Tanto no plano das diretrizes quanto prático, o POR boliviano sempre esteve presente na luta de classes internacional, respondeu aos principais problemas e dificuldades, que sentiu na própria carne.

O empenho de Guillermo Lora de estabelecer os fundamentos da revolução proletária na Bolívia, como parte do programa estratégico dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, possibilitou que respondesse às revoluções e contrarrevoluções no Continente. Nesse exato momento, eclode uma crise política em Cuba, indicando as contradições entre a conservação e a destruição das conquistas do proletariado. Nos documentos do POR, escritos no calor da revolução, encontram-se presentes formulações programáticas que expressam a luta do marxismo-leninismo-trotskismo contra o “socialismo em um só país”, e em defesa de Cuba como parte da revolução latino-americana e mundial. O mesmo se encontra nos documentos sobre o governo de frente popular no Chile, o golpe fascista que derrubou Allende e o combate para que o proletariado chileno se reerguesse, construindo o partido revolucionário. Os atuais acontecimentos nesse país podem ser melhor compreendidos, se se tem presente a trágica experiência do passado. As massas voltam a se rebelar, sem que contem com o partido-programa. É sobre essa base que melhoraram as condições para avançar no sentido da superação da crise de direção. Experiências semelhantes se passam em outros países da América Latina. Em todos os casos, as formulações do POR da Bolívia têm imenso valor; uma vez que colocam, a cada momento, o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, e a obrigatoriedade de construir as seções do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

A retomada do movimento de massas, ainda sob o brutal peso da Pandemia, exige que a vanguarda revolucionária responda com o Programa de Transição, aplicado às particularidades de cada país, com a centralização política e com o empenho de fortalecer o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Este Boletim deve cumprir esse objetivo.

*Lutemos sob a bandeira dos Estados Unidos
Socialistas da América Latina!
Viva os 86 anos do POR da Bolívia!*

América Latina

Recessão, desemprego, miséria, fome e morte

As massas vivem uma tragédia. A barbárie social, que se alastra há anos, se agravou com a Pandemia, e se generalizou no mundo inteiro. América Latina e Caribe são as regiões mais afetadas no mundo, com 1.246.265 mortos, em junho. O Brasil ultrapassou os 500.000; o México, os 230.000; a Colômbia, 100.000; a Argentina, 90.000. O Peru registra a maior taxa de mortalidade, com 576 óbitos por cada 100.000 habitantes. A quantidade de contágios e mortes não se detém.

É a maior tragédia desde a II Guerra Mundial. Situações de horror e desespero se repetem em toda parte. Ficou exposta a destruição dos sistemas públicos de saúde, o avanço da privatização, a desproteção sanitária da maioria da população, com carências vitais.

Os governos se mostram incapazes de proteger a vida. Pretenderam fazer-nos crer, com sua política de isolamento social, que “ficando em casa” se poderia conter a Pandemia.

Por sua vez, as políticas de confinamento tiveram um forte impacto na atividade econômica. Em abril, havia caído, na região, 20%, em relação ao ano anterior (de acordo com o FMI), agravando a situação de recessão ou estancamento econômico prévio à Pandemia.

Quanto maior o nível de informalidade, maior foi o impacto da Pandemia. Os trabalhadores com emprego informal não puderam se dar ao luxo de ficar em casa. E são as mulheres que acabam suportando a maior descarga da crise, que recai sobre suas costas.

Os organismos internacionais estimam que “grande parte da região levará muito tempo para conseguir recuperar-se plenamente, e voltar aos níveis de produção anteriores à Pandemia”.

A ONU informa que a Pandemia provocará a destruição mundial de 75 milhões de empregos, neste ano, e estima que não se recuperariam antes de 2023. A América Latina é uma das regiões mais afetadas. E aponta também o crescimento recorde de refugiados e deslocados, especialmente de El Salvador, Guatemala e Honduras.

Os números que a ONU mostra já são muito elevados e, na realidade, são muito maiores, porque as estatísticas oficiais não incluem todos desempregados. Em meados do ano passado, calculava-se que a quantidade de trabalhadores empregados havia

diminuído em 46 milhões de pessoas, em 14 países da região (as estatísticas oficiais somente mostram 4 milhões, porque não consideravam como desempregados àqueles que não estavam procurando emprego).

Comparado a 2019, a camada de trabalhadores pobres ou extremamente pobres aumentou em 108 milhões de pessoas (Banco Mundial). Também, certamente, esse número é bem maior, caso tomemos como referência o salário mínimo, ou valor da aposentadoria mínima necessários para a sobrevivência digna de uma família.



Os governos tomaram medidas para descarregar o peso da crise sobre a classe operária, os trabalhadores e suas famílias. A destruição das forças produtivas é a resposta da burguesia à crise. Como já assinalamos, numa sociedade em decadência, que é o capitalismo na sua fase imperialista, toda crise de alguma magnitude tem como resultado acentuar os níveis de barbárie e desintegração social.

Com seus parâmetros, a CEPAL advertiu sobre o incremento da pobreza na América Latina e Caribe, e o aumento da pobreza extrema, além da preocupação com o aumento da fome na região. Estima que o aumento de pessoas que enfrentam “insegurança alimentar severa” quase triplicou.

Os governos tomaram medidas para descarregar o peso da crise sobre a classe operária, os trabalhadores e suas famílias. A destruição das forças produtivas é a resposta da burguesia à crise. Como já assinalamos, numa sociedade em decadência, que é o capitalismo na sua fase imperialista, toda crise de alguma magnitude tem como resultado acentuar os níveis de barbárie e desintegração social.

Sob a Pandemia, continuaram se exacerbando as desigualdades preexistentes que, antes da crise da Covid, mostravam que

1% da população se apropriava de 27% de toda a riqueza. Os ricos estão cada vez mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres.

Os esforços orçamentários dos governos se concentraram no subsídio aos capitalistas, em um volume muito superior ao aplicado em 2008, e muito limitadamente aos oprimidos.

Estes números mostram a dimensão da catástrofe que vive a humanidade, do avanço da barbárie e da decomposição capitalista, e expõem o tamanho da incapacidade dos governos, e, sobretudo, da traição das direções políticas e sindicais. Explica a resposta das massas que, como podem e com o que têm, recorrem à ação direta, aos seus próprios métodos de luta e à sua organização, resistem e se rebelam. E explica, também, que a resistência se origina das necessidades vitais imperiosas de sobrevivência, que potenciam o instinto de revolta, e rompem o cerco da política burguesa de colaboração de classes.

A crise de 2007/2008 não pode ser superada pelo imperialismo

Insistimos, a catástrofe capitalista tinha múltiplas expressões antes da Pandemia, mas esta as tornou visíveis, as aprofundou, potenciou e estendeu simultaneamente a todo o mundo. Todas as tendências à crise, presentes na atualidade, já se manifestavam em 2019. A enorme crise de 2007/2008 não pôde ser superada pelo imperialismo. A economia mundial estava em situação de recessão, agora, está com maiores dificuldades para recuperar-se.

Nesse marco de catástrofe mundial, a guerra comercial não se deteve. E se evidenciou também no terreno da crise sanitária. Primeiro, foi a guerra por identificar quem era o culpado pela Pandemia; depois, pela conquista dos insumos elementares – desde máscaras até equipamentos de terapia intensiva –, para dar lugar a uma concorrência pela obtenção e apropriação das vacinas, e como distribuí-las. Continua o bloqueio imperialista a Cuba e Venezuela, e a pressão para restringir a presença da China na região. Biden mantém, no essencial, a política de Trump.

O grande capital, as multinacionais, prosseguem sua ofensiva contra os trabalhadores e os oprimidos em geral, fechando milhares de fábricas, comércios, destruindo milhões de empregos, suspendendo trabalhadores e reduzindo salários. Uma situação difícil de reverter inteiramente.

Os capitalistas aproveitaram a Pandemia para avançar com seus planos, com as contrarreformas, seus ajustes, de fato ou tentando formalizá-los, com a aprovação de leis. Avançaram com a aplicação das reformas trabalhistas, previdenciárias e fiscais. Pressionaram para que os orçamentos dos governos se ajustassem às exigências do imperialismo. O saque dos recursos da América Latina, em todos os terrenos, tampouco se deteve.

O papel das direções sindicais e políticas

Diante destes golpes às condições de vida e trabalho das massas, os governos e partidos nacional-reformistas, que se apresentaram como oposição burguesa aos governos chamados de neoliberais (sejam do chamado socialismo do século XXI, do PT do Brasil; do kirchnerismo, na Argentina; AMLO no México), se mostraram absolutamente incapazes e covardes para defendê-las.

Pelo contrário, reforçaram os laços de subordinação às multinacionais, e privilegiaram a proteção à grande propriedade pri-

vada dos meios de produção. Esse é o seu denominador comum.

Os governos utilizaram a Pandemia para atemorizar as massas, para desmobilizá-las, para impor que ficassem em suas casas e, em alguns casos, aplicando fortes medidas repressivas. Onde não oposição, contribuíram à desmobilização e à manutenção do regime, limitando-se a reclamações e denúncias dentro da ordem democrática, aguardando a chegada das próximas eleições, para capitalizar eleitoralmente o descontentamento.

O ciclo daqueles governos nacional-reformistas, que majoritariamente dominaram a região, pode repetir-se, mas não nas mesmas condições, pois, o agravamento da crise capitalista lhes deixa muito menos margem de manobra. Deverão prosseguir com os ajustes na economia contra a maioria oprimida, respeitando em linhas gerais às imposições do capital financeiro.

Certamente, poderão receber algum auxílio dos organismos internacionais, para atenuar o impacto dos ajustes. Não terão uma prolongada estabilidade como no passado, em que se beneficiaram das ilusões democráticas das massas, depois de afastar os governos abertamente neoliberais, e de condições favoráveis graças à elevação dos preços das matérias-primas exportadas, proporcionando ganhos adicionais para a economia da região.

Enfatizamos o papel da maioria das direções sindicais e centrais burocratizadas, que desenvolvem uma linha de colaboração de classes, de defesa da ordem estabelecida, submetendo-se às decisões dos governos. Se os empresários e os governos puderam avançar tanto sobre as massas, é devido à atitude conciliadora, de dividir e imobilizar os trabalhadores, isolando os que lutam. A burguesia conta com eles para bloquear a resposta radical dos trabalhadores.

As direções sindicais e políticas se utilizaram do temor à Pandemia para não mobilizar, para não realizar assembleias, nem greves, aceitando a direção da burguesia, de seus governos, seus partidos e suas instituições. Quando são obrigados a tomar medidas pela pressão das bases, agem para encerrar as lutas, para desmobilizá-las. São direções que devem ser combatidas e expulsas do seio da classe operária e dos trabalhadores.

Nessa situação trágica que atravessamos, em que se agravaram notavelmente todas as condições de vida e trabalho, a traição das direções ficará fortemente marcada. É nos momentos mais difíceis – quando é mais necessário que as forças organizadas da classe operária e demais trabalhadores entrem em combate por necessidades mais urgentes, em defesa da vida e do trabalho – que emerge do fundo da luta a estratégia própria de poder. A decomposição capitalista empurra as massas à barbárie em todas as suas formas, e somente a classe operária com sua política tem uma resposta para sair desta situação.

Insistimos que, nestas condições, é criminoso a traição das direções burocráticas dos sindicatos e centrais, que abandonaram os trabalhadores à sua própria sorte, submetendo-se às políticas dos governos, sem luta, sem resistência, e condenando os explorados que saíram à luta.

Fortalecem-se as tendências ao autoritarismo

A bancarrota capitalista potencia as tendências mais direitistas, mais autoritárias. As formas democrático-burguesas vão perdendo-se.



Enfatizamos o papel da maioria das direções sindicais e centrais burocratizadas, que desenvolvem uma linha de colaboração de classes, de defesa da ordem estabelecida, submetendo-se às decisões dos governos.

A democracia burguesa é uma das formas da ditadura de classe da burguesia, a que melhor lhe serve para acobertar-se e dominar as massas. Após várias décadas de ditaduras militares, em quase toda América Latina, o imperialismo considerou como um perigo a utilização desse último recurso como uma via habitual. Aplicou então uma política de democracias arregimentadas em todos os países, sempre sob o olhar e o controle dos militares e dos organismos do imperialismo.

Trabalhou para domesticar os partidos do nacionalismo burguês e pequeno-burguês, colonizou os judiciários, multiplicou suas bases militares e a presença dos serviços de inteligência, dominou completamente os grandes meios de comunicação – jornal, rádio, televisão e também a internet –, para divulgar suas campanhas, promover seus candidatos e levar adiante as contrarreformas.

Sob as formas democráticas, aplicaram-se os mais violentos ajustes contra as massas. Avançaram-se as privatizações, o endividamento e o saque das riquezas naturais. Os países semi-coloniais foram condicionados a adotar determinadas políticas monetárias; os seus bancos centrais obtiveram autonomia diante dos governos, para discipliná-los de acordo com as diretrizes do capital financeiro internacional.

É visível o incipiente processo de perda das ilusões democráticas pelas massas. Essas desconfiam dos governos, dos partidos e das instituições. Assim, tendem cada vez mais para a ação direta, para luta com seus próprios métodos. Isso se explica pela comprovação do papel que têm jogado a democracia e toda a politicagem burguesa, voltadas a levar adiante os ajustes e as contrarreformas.

Esgotados os recursos “democráticos”, os governos adotam a repressão aberta a todas as formas de resistência popular. Utilizam a repressão estatal e paraestatal. Transformam-se em ditaduras civis. Em outras épocas, as convulsões populares davam lugar à intervenção militar golpista, assumindo os militares todo o poder, e centralizando todas as operações. Hoje, esse papel é desempenhado pelos governos “eleitos”, que criminalizam os lutadores, prendem-nos, ferem-nos a bala nas manifestações, e matam para aterrorizar. Se não há crimes, os inventam. A voz dos opositores é silenciada. Os movimentos políticos, sociais e sindicais que não se disciplinam são vigiados, espionados, controlados para reprimi-los melhor.

Hoje, na Colômbia, como ontem, no Chile, são os governos eleitos que reprimem selvagememente, que fazem o trabalho sujo, para tentar derrotar fisicamente as massas em luta.

A ausência ou debilidade do partido revolucionário, na imensa maioria dos países, possibilitou que a burguesia se utilizasse do palavreado de “defesa da democracia”. Em outras palavras, defesa de seu próprio regime, de sua ditadura de classe, como se a burguesia estivesse em defesa das liberdades democráticas. Contrapôs ditadura e democracia, para que não se percebesse que são apenas formas distintas da ditadura do capital.

É reacionária a reivindicação de “mais democracia” ou “democracia de melhor qualidade”, ou “aprofundar a democracia”, ou assembleias constituintes, defendidas por setores “progressistas” ou do nacional-reformismo, acompanhados por setores esquerdistas. Em um momento em que é visível a tendência da burguesia de abandonar as formas democráticas, e em que as massas tendem à ação direta, é um desvio reacionário das esquerdas orientá-las a se manter prisioneiras da democracia.

É hora de ajudar as massas a se libertarem das ilusões. É hora de ajudar as massas a confiarem exclusivamente em suas próprias forças e em sua própria organização. É hora de ajudar as massas a se emanciparem politicamente, a lutarem por sua própria estratégia de poder, a construir sua direção revolucionária,



ria, seu partido, que expresse conscientemente o que as massas já estão fazendo e dizendo.

Nunca se pode descartar que voltem as ditaduras militares. A bandeira do “Nunca Mais” é uma utopia reformista dos que defendem a democracia burguesa. Voltarão, quando estiverem completamente esgotadas as formas democráticas, e tenham falhado as tentativas esquerdistas para conter as massas. É isso que ensina a história. Não devemos esquecer, e estamos obrigados a preparar conscientemente a luta contra as bases materiais da repressão e do autoritarismo, que são os mesmos que sustentam a democracia burguesa. São as multinacionais, os latifundiários, os bancos, que não cederão pacífica e “democraticamente” o seu poder.

Os oprimidos abrem um curso de ação independente

Nestas condições, as massas resistem, empurradas pelo agravamento das condições de vida e trabalho, apesar das restrições e bloqueios.

As massas oprimidas vêm protagonizando lutas enormes, nos últimos anos. Com a Pandemia, se frearam transitoriamente e, nos últimos meses, estão retomando seu curso.

Podemos afirmar que as mais radicais, como no Chile e Colômbia, abrem um curso independente, porque as massas desenvolvem métodos de luta e de organização, que ultrapassam as suas direções sindicais, sociais e políticas, não obedecendo a um programa eleitoral, nem as instituições do regime. Em nenhuma organização política e sindical, coloca-se desenvolver uma luta como a que protagonizaram as massas, exceto os revolucionários.

Trata-se de uma luta política de massas. Não de uma reivindicação determinada ou uma situação pontual. É a soma acumulada de reivindicações democráticas e sociais. É o cansaço do desemprego e do trabalho mal pago e da violência do Estado contra os mais pobres. É a falta de moradia, a destruição do sistema público de saúde e educação, o endividamento, a repressão, etc. As massas dão um salto qualitativo em sua luta, quando unificam empregados e desempregados, docentes e estudantes, povos originários, jovens e mulheres, com suas bandeiras, em todas as partes, sem serem convocados por um partido ou central sindical.

Observa-se que as brutais condições de existência que empurram camadas inteiras da população à miséria e à fome e a ruína crescente da pequena burguesia obrigam as massas a romper a camisa de força das organizações estatizadas e burocratizadas. Em seu interior, se gestam direções e organizações classistas, que acabam por expressar os instintos de revolta. Abre-se caminho para a construção e o fortalecimento do par-



Para os revolucionários, esta é a questão fundamental, que as massas começam a desenvolver uma ação independente, que se chocam com suas direções sindicais e políticas, que as ultrapassam, que as questionam para que abandonem o legalismo, porque, nesse clima de radicalização, podem entroncar com a orientação revolucionária, proletária, desde que esteja anteriormente presente organizando a luta.

tido revolucionário, que deve estar à frente dos combates, desenvolvendo a política do proletariado. Para que essas manifestações multitudinárias se dirijam contra a burguesia e o Estado burguês, é fundamental que a classe operária não compareça diluída, e que ganhe posição física e programática de direção da maioria nacional oprimida.

Para os revolucionários, esta é a questão fundamental, que as massas começam a desenvolver uma ação independente, que se chocam com suas direções sindicais e políticas, que as ultrapassam, que as questionam para que abandonem o legalismo, porque, nesse clima de radicalização, podem entroncar com a orientação revolucionária, proletária, desde que esteja anteriormente presente organizando a luta. As massas em luta podem processar rapidamente as diferentes posições, e ser arrastadas por aquelas que melhor expressem suas aspirações.

Se os revolucionários não estão presentes ou são muito fracos, não haverá como impedir que toda essa torrente popular seja transitoriamente desviada, desgastada e dividida. As direções burocráticas e/ou reformistas se adaptarão ao movimento, e tentarão dirigir esse processo com suas políticas.

A situação revolucionária que se abriu no Chile, em 2019, é um salto de mais de uma década de lutas e mobilizações parciais, a maioria derrotada. Embora o governo de Piñera e toda a direita tenham ficado isolados e encurralados pela formidável intervenção das massas, continuam no governo. O grande auxílio a eles veio da oposição burguesa, do estalinismo, da Frente Ampla, que conseguiram assinar um acordo para convocar uma Constituinte, e desviar a irrupção popular. Certamente, uma parte das massas em luta foi arrastada para o terreno da Constituinte. Não a maioria, mas o suficiente para criar uma divisão e uma confrontação entre a parte que rechaça a Constituinte e aquela que tem ilusão e que se volta para a próxima eleição presidencial, acreditando nas possibilidades eleitorais dos “esquerdistas”.

Na Colômbia, com várias semanas de paralisações e mobilizações extremamente radicalizadas, apesar da repressão violenta,

as massas conseguiram fazer com que o governo retrocedesse transitoriamente em suas contrarreformas. A impotência para derrubar Duque e estabelecer sua própria estratégia de poder alimentou a ilusão de substituir Duque por um opositor nas próximas eleições presidenciais. Nenhum governo burguês poderá atender as reivindicações das massas, que voltarão a se levantar uma e outra vez, mas a burguesia terá ganho um tempo, aproveitando a ilusão democrática das massas.

Na Bolívia, em 2019, as mobilizações dos diversos setores contra o governo da nova direita, contra o MAS nos anos anteriores, confluíram na luta contra a fraude eleitoral, que obrigou Evo a renunciar. A ausência da classe operária, como força motriz da mobilização, permitiu que a direita se elevasse e se apoderasse do governo.

No Equador, em 2019, contra o aumento da gasolina, estourou um levante popular com fortes enfrentamentos com a polícia, desafiando o estado de exceção, decretado por Lenin Moreno, que precisou mudar seu governo. Tão grande luta obrigou o governo a recuar, mas pôde chegar ao final do seu mandato com baixíssima popularidade, e entregar o governo a um banqueiro, graças ao desastre da política de Correa.

No Peru, as mobilizações dos últimos anos e a crise permanente do regime político, com seus escândalos de corrupção e saque, deram lugar a que um esquerdista chegasse à presidência. Prometeu respeitar a grande propriedade e os mecanismos constitucionais. Será uma nova frustração para os oprimidos, tão brutalmente golpeados pela crise.

No Brasil, retomaram-se as mobilizações de massas nos últimos meses, convocados por organizações sindicais e populares, sob a bandeira de “Fora Bolsonaro”, subordinada à política burguesa do impeachment e do eleitoralismo, tentando esconder que a decomposição do governo ultradireitista tem como base a crise estrutural do modo de produção capitalista. Dessa forma, desvia as massas da luta por suas próprias reivindicações e com os seus próprios métodos. Assim, canalizam o ódio instintivo das massas contra o governo. Durante mais de um ano, essas correntes estiveram paralisadas, negando-se a organizar a luta dos oprimidos pelas suas reivindicações mais elementares. Na realidade, a paralisia das direções burocráticas submetidas ao reformismo vem de muito antes.

Na Argentina, ocorreram grandes lutas de massas, entre 2016 e 2019, contra o governo Macri e suas reformas, com a quase totalidade da burocracia sindical colaborando com o governo. A luta das massas contra as reformas antipopulares fez estourar esses acordos. Entretanto, apesar das cinco greves gerais contundentes e das mobilizações de milhares, as direções sindicais burocráticas e as direções políticas nacional-reformistas deram uma trégua ao governo, para não derrubá-lo, para respeitar o período eleitoral e abrir caminho para outra variante burguesa que o substituisse pela via das eleições, desmobilizando e recriando ilusões no novo governo. A incapacidade do governo Fernández para resolver os problemas mais graves das massas dá lugar a uma desilusão, que vem crescendo.

As multitudinárias lutas que se produziram neste último período nos Estados Unidos alentam o impulso das ações de massas em todo o continente.

Em todos os países, o grande problema é a ausência ou debilidade da direção revolucionária, o que facilita o avanço das políticas de distração eleitoral, que frustram temporariamente as aspirações das massas.

O problema dos problemas: resolver a crise de direção revolucionária, construir o partido

A luta pela independência política da classe operária, dos oprimidos, se concentra na resolução da crise de direção, na construção do partido revolucionário, das seções do Partido Mundial da Revolução Socialista e, ao mesmo tempo, da própria Internacional.

Trata-se do partido da classe operária, que encarne a estratégia de poder do governo operário-camponês, da ditadura do proletariado, da revolução social; que expresse a rebelião das massas diante da situação insuportável, a pior das últimas décadas, que transforme em consciência o que as massas já estão fazendo instintivamente; realize balanços de cada luta, dos avanços e retrocessos das massas; que convoque, chamando as coisas pelo seu nome.

Em todo lugar, aparece com clareza a necessidade de resolver a crise de direção revolucionária. Não se trata de dizer às massas que lutem, nem como devem lutar, mas, de orientá-las para a tomada do poder.

A demora em liquidar o capitalismo fará com que todo o peso do desmoronamento continue caindo sobre as costas da maioria oprimida. Repetimos mil vezes: o capitalismo não pode ser reformado, nem melhorado, nem humanizado.

Por isso, é tão importante a luta pela independência política da classe operária em relação aos governos e às instituições do Estado, e também aos partidos patronais. É vital, é necessário romper com toda política de colaboração de classes.

Dizemos outra vez: não será por meio de eleições, ou de leis ou de constituintes, que se poderá transformar a sociedade, não será por essa via que os explorados poderão acabar com o capitalismo em decomposição.

É urgente a luta por um plano de emergência para pôr fim ao desemprego, às demissões, aos fechamentos de empresas; para recuperar os salários e acabar com toda forma de precarização do trabalho, defendendo as conquistas trabalhistas; para acabar com a miséria, a pobreza e a fome; para desconhecer toda a dívida pública, acabar com o parasitismo financeiro, nacionalizando o sistema bancário; para pôr fim ao saque das riquezas nacionais.

Tomar a defesa da saúde pública em nossas mãos. A burguesia no mundo inteiro se mostrou incapaz de enfrentar a Pandemia, utilizando todos os recursos materiais, científicos e humanos.

Nesta luta, a vanguarda revolucionária tem de comparecer como clara referência, travando um feroz combate contra todas as variantes do centrismo, desmascarando a cada passo o papel do nacional-reformismo burguês.

Surge dramaticamente a necessidade de reconstruir a direção internacional da classe operária, sobre a base do balanço das derrotas e traições, da liquidação da III Internacional pelo estalinismo e a desintegração da IV Internacional em mãos dos revisionistas.

O Cerqui deve trabalhar para fortalecer as seções e lutar pela incorporação de novas seções. O trabalho centralizado e coletivo é essencial, mais ainda neste período. O trabalho consistente sob um mesmo programa e organização tem colocado o Cerqui em um lugar de referência para a vanguarda que luta em todo o continente. A situação que descrevemos mostra o potencial das posições revolucionárias. A tarefa é a de trabalhar paciente e tenazmente no seio das massas com o programa da revolução proletária.

As condições para esta tarefa melhoraram, pois, está cada vez mais evidente a direitização das correntes nacional-reformistas,

a integração do estalinismo às suas fileiras, e também o abandono por parte da maioria das correntes centristas da estratégia da ditadura do proletariado e seu desligamento da classe operária.

É necessário que a vanguarda tome consciência de que é possível enfrentar a catástrofe do capitalismo em decomposição. Que confie na organização das massas e nos seus próprios métodos de luta. Lute sob a estratégia da classe operária. E abandone toda ilusão legalista.

Para reconstruir a sociedade sobre novas bases, é necessário destruir a grande propriedade capitalista, liquidar os monopólios e acabar com o parasitismo, para, assim, desenvolver as forças produtivas e iniciar a solução dos problemas urgentes da maioria.

A lição da história é que a sobrevivência do capitalismo é sinônimo de barbárie

em todas suas formas, e a tendência é o agravamento das condições de vida e trabalho, a guerra, as migrações.

O socialismo é a única alternativa diante da catástrofe mundial. E somente a classe operária, seu programa, sua estratégia, encarna esta saída revolucionária da crise da humanidade.

O exemplo a seguir é o POR da Bolívia, com os 86 anos de luta pela revolução e pelo comunismo. Suas experiências e conquistas servem à construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas, em cada país, como seções da IV Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista.

Viva os Estados Unidos Socialistas da América Latina!

“O Cerqui deve trabalhar para fortalecer as seções e lutar pela incorporação de novas seções. O trabalho centralizado e coletivo é essencial, mais ainda neste período. O trabalho consistente sob um mesmo programa e organização tem colocado o Cerqui em um lugar de referência para a vanguarda que luta em todo o continente. A situação que descrevemos mostra o potencial das posições revolucionárias. A tarefa é a de trabalhar paciente e tenazmente no seio das massas com o programa da revolução proletária.”

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS



Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Defesa da Revolução Cubana

14 de julho de 2021



As manifestações, iniciadas em 11 de julho, em Cuba, tiveram uma enorme repercussão. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, imediatamente, fez uma declaração em nome da “liberdade”, como se os Estados Unidos não fossem um dos maiores responsáveis, em várias partes do mundo, pela instalação de ditaduras, de golpes, de intervenções militares, e de esmagamentos sanguinários de levantes operários e populares.

Neste exato momento, Biden finaliza a retirada de tropas do Afeganistão, depois de 20 anos de invasão, deixando para trás milhares de mortos, e um gasto parasitário de US\$ 2 trilhões. O que parece ser uma boa ação, não é senão o testemunho da prepotência e, também, da heroica resistência do povo afegão ao domínio imperialista.

Todos os governos norte-americanos combateram sem trégua a revolução cubana. O fato de não terem conseguido liquidá-la por meio de uma intervenção militar, fracassando nessa tentativa, é outro testemunho histórico da força da revolução, que expropriou os latifundiários e os capitalistas, e transformou a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Algumas vozes da reação burguesa na América Latina seguiram Biden, a exemplo do governo brasileiro, militarista e fascizante.

A ideia de “ajuda humanitária” a Cuba é uma infâmia do imperialismo, cujos monopólios espoliam os países semicoloniais, e bloqueiam o desenvolvimento de suas forças produtivas. A primeira atitude diante

“
*Cuba é de nossa
responsabilidade. Defendamos a
Revolução e as suas conquistas.
Devemos impedir o avanço
do processo de restauração
burguesa, e que se coloquem
claramente as tarefas da
transição do capitalismo ao
socialismo.*

do conflito interno em Cuba é a de rechaçar qualquer intervenção dos Estados Unidos e das demais potências, bem como toda tentativa de abrir caminho à influência dos objetivos restauracionistas. Somente assim, será possível separar o joio do trigo, que certamente se misturam nas manifestações contrárias à incapacidade da burocracia governamental de responder às necessidades básicas do povo cubano.

A classe operária, os camponeses, a juventude e os oprimidos da América Latina e do mundo devem reforçar a luta contra o brutal bloqueio do imperialismo a Cuba, objetivando afogá-la.

Cuba sofre as consequências do bloqueio criminoso, desumano, contrarrevolucionário dos EUA, que sabotam permanentemente sua economia, e ditam as ordens ao restante dos países, para que se somem à agressão. Seja nos tempos de Trump, ou nos de Biden, a política é a de derrotar completamente a heroica resistência do povo cubano. Nos últimos anos, têm-se agravado as medidas de sufocamento do país.

As mobilizações se deveram aos problemas de energia, da falta de artigos de primeira necessidade, ou devido à elevação dos preços, causada por medidas monetaristas, pela falta de materiais sanitários e pelos contágios da Covid-19.

Os problemas são reais, as exigências são reais, bem como as dificuldades para resolvê-las.

Certamente, há infiltração e manobras do imperialismo, para tirar proveito do descontentamento, mas isso não deslegitima as reivindicações e mobilizações. A burocracia e seus capachos sempre denunciam que as mobilizações fazem o jogo do inimigo, e que, portanto, nunca devem haver protestos. O mesmo dizem os nacional-reformistas em nossos países, que exigem que as massas se disciplinem à suas políticas, do contrário, se “faz o jogo da direita”. Ao contrário, é a desmobilização, a repressão, a censura aos movimentos e o disciplinamento dos sindicatos, que facilitam o trabalho da direita e do imperialismo. É a restauração capitalista, o abandono da propriedade social, que potencia a ação dos inimigos, visando a destruir as conquistas da Revolução. É a existência de privilégios e a desigualdade social que facilitam o trabalho do imperialismo.

Por que retrocedeu a Revolução? Pelo bloqueio, pelas manobras das frações burguesas latino-americanas, nas quais o castrismo depositou confiança. E, principalmente, pelas travas políticas que impossibilitaram a classe operária de projetar o triunfo da revolução no restante dos países. O que evidencia, em grande parte, a responsabilidade do estalinismo contrarrevolucionário, e das correntes nacionalistas burguesas, que isolaram Cuba. O castrismo é parte dessa política, não é apenas vítima.

Não havia alternativa para Cuba que não fosse o caminho da restauração capitalista, da recomposição e reconhecimento da propriedade privada? É claro que havia outro caminho, o de trabalhar

sempre pelo triunfo da revolução em nossos países, para que fôssemos ao seu auxílio, uma vez que o socialismo não pode triunfar em um só país. A burocracia estalinista, ao contrário, decidiu continuar colaborando com os governos burgueses da América Latina, como fizeram e fazem os partidos comunistas em cada país. Isso teria resolvido o problema dos alimentos, dos medicamentos, da energia? Não. Se não triunfa a revolução em outro país, a sua situação continuará a mesma, mas mantendo viva a luta pela revolução socialista. O crescimento da diferenciação social e os privilégios da casta governante provocam um genuíno sentimento anti-burocrático em meio à população. Não se pode aceitar que, enquanto a grande maioria padece de sofrimentos de toda natureza, há uma minoria que se protege, que goza de privilégios.

Não reivindicamos a democracia em

geral. Essa é uma bandeira podre das burguesias e do imperialismo. Querem a democracia burguesa para acabar de demolir o que resta da Revolução. Queremos a democracia operária, e, para isso, é necessária uma revolução política, que acabe com a burocracia restauracionista, imponha um governo operário, a ditadura do proletariado. É necessário, portanto, construir o partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista, que dirija a revolução política, de maneira que as massas voltem a pôr em pé verdadeiras organizações populares, sem nenhuma arregimentação burocrática, para garantir sua plena participação.

Não reivindicamos a liberdade em geral, liberdade para agitar a propaganda anticomunista, antissocialista. Exigimos a liberdade de expressão, de organização para todas as correntes que defendam a Revolução Cubana. Ninguém que defenda

a revolução pode ser preso, censurado ou reprimido.

Devemos rejeitar toda ingerência do imperialismo e das burguesias em nome da ajuda “humanitária”, já sabemos o que é que se esconde por trás dessa máscara.

Cuba é de nossa responsabilidade. Defendamos a Revolução e as suas conquistas. Devemos impedir o avanço do processo de restauração burguesa, e que se coloquem claramente as tarefas da transição do capitalismo ao socialismo.

Cuba mostra, de forma dramática, que o socialismo não pode ser construído em um só país, que o socialismo só poderá ser internacional, como produto das revoluções triunfantes. Por isso, é urgente a tarefa de reconstruir a direção revolucionária internacional, a IV Internacional. Essa tarefa histórica se encontra nas mãos do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Cuba

Contra a criminoso ingerência norte-americana, que procura estrangular o povo cubano, para derrotar a revolução

As consequências do recrudescimento do bloqueio contra Cuba, pela administração de Trump, e mantido pela atual administração de Biden, explicitam o objetivo de derrotar a Revolução Cubana. A sua débil economia, depois de mais de 60 anos de bloqueio imperialista, se viu gravemente afetada. As carências nos serviços, escassez de alimentos e atendimento sanitário, agravado pela Pandemia, se acentuaram, o que resulta no agravamento das condições de vida da população. Produto disso têm sido as manifestações de rua, o que agitaram o vespeiro da

oposição contrarrevolucionária e pró-imperialista, que hipocritamente pede a “intervenção humanitária” do imperialismo.

Diante da agressão sistemática do imperialismo à Revolução Cubana, a defendemos incondicionalmente, à margem de nossas divergências com a política conciliadora do regime cubano com uma série de governos burgueses, em seu desespero por romper o bloqueio. Defendemos a estatização dos setores estratégicos da economia, hoje ameaçados pela progressiva restauração da propriedade privada, em setores

do comércio e serviços turísticos, levado a cabo pela burocracia castrista.

O estancamento das forças produtivas em Cuba é consequência do atraso da revolução mundial. O que permite ao imperialismo estrangular o seu desenvolvimento. Situação que vem agravando-se, devido à errônea orientação estalinista do regime cubano que, aliado com os impostores reformistas do Socialismo do Século XXI, acredita ser possível avançar o socialismo, colaborando com o capital financeiro, em uma relação de coexistência e competição pacíficas.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL



Argentina

A maioria oprimida vive uma situação cada vez mais insuportável

Devido ao custo de vida, com uma inflação de 50% ao ano, se deteriora o poder aquisitivo dos salários, que caem há mais de 4 anos. Somente um pequeno setor assalariado consegue manter um salário mínimo suficiente para viver. 90% dos trabalhadores é pobre, não recebe o necessário para manter uma família.

O elevado desemprego e subemprego afeta milhões de trabalhadores. Os novos postos de trabalho são suficientes, são precários e mal pagos. Apesar da “proibição de demitir” do governo, sob a Pandemia, centenas de milhares de postos de trabalho foram e continuam sendo destruídos.



(...) o resultado de 40 anos de ajustes violentos, de saque dos recursos, de privatizações e de contrarreformas. A situação material da classe operária e da maioria oprimida se deteriorou profundamente, e não deixa de retroceder. Ao mesmo tempo, cresceram os lucros do grande capital e das multinacionais, sua concentração e fuga de divisas.

Ao mesmo tempo, as empresas aproveitam para avançar em uma maior precarização trabalhista e destruição de direitos dos trabalhadores. A ofensiva patronal contra os trabalhadores não se deteve.

Essa situação se agravou sob a Pandemia. A impossibilidade ou dificuldade para trabalhar na informalidade golpeou muito duramente numerosos setores, que receberam ajuda muito limitada do Estado. Pelo contrário, grupos empresariais, que tiveram grandes lucros nos últimos anos, foram subsidiados, para proteger seu patrimônio.

A Pandemia golpeou, principalmente, os setores mais empobrecidos, que foram atendidos tardiamente e mal, setores que já carregavam doenças, má alimentação e problemas de moradia.

Nesse quadro, por si só dramático, cresce também a fome. No país que produz alimentos para 10 vezes mais que sua população, avançam a fome e a desnutrição.

É visível o resultado de 40 anos de ajustes violentos, de saque dos recursos, de privatizações e de contrarreformas. A situação material da classe operária e da maioria oprimida se deteriorou profundamente, e não deixa de retroceder. Ao mesmo tempo, cresceram os lucros do grande capital e das multinacionais, sua concentração e fuga de divisas.

Como foi possível semelhante retrocesso nas condições de vida e trabalho?

De um lado, pela política cada vez mais antinacional da burguesia nacional, que entregou todos os recursos vitais da economia para as multinacionais e para o grande capital altamente concentrado. Permitiu que se aplicassem as receitas do Consenso de Washington. Destruíram-se ramos inteiros da produção. Favoreceu-se a especulação financeira. Essa atitude da burguesia se expressou em seus partidos e em todas as instituições do Estado. Essa política antinacional da burguesia é irreversível.

Por outro lado, pelo papel da maioria das direções sindicais e políticas das massas, que aplicam uma política de conciliação de classes, que buscam rebaixar as reivindicações e as lutas das bases, que isolam os que lutam e que privilegiam os acordos com os empresários e governos, por cima das reivindicações mais elementares.

Nessa situação dramática, sua política é mais criminosa do que nunca. Isso quando é mais necessária a resposta da classe operária de conjunto, com suas organizações, com seus métodos próprios de luta e com seu programa, para enfrentar a decomposição e bancarrota capitalista que se descarregam sobre a maioria. A classe operária organizada em sindicatos tem a obrigação de coordenar todos os trabalhadores, sejam formais ou informais, ativos, aposentados ou desempregados.

Para isso, a classe operária criou os sindicatos, não para fazer política burguesa, não para conciliar, não para fazer negócios. Foram criados para lutar por suas reivindicações e direitos mais elementares, diante dos patrões e dos governos. Essa casta burocrática é irrecuperável para a luta de classes, deve ser varrida dos sindicatos.

Como a burguesia se mantém? Como seus governos se sustentam? Antes de mais nada, pela repressão, pelo controle ideológico que fazem das massas, através de seus partidos e das direções sindicais burocratizadas. Inculcam nas massas a ideia de que “não se pode fazer outra coisa”, “não há outro caminho”, “não há alternativas” e, diante da Pandemia, ordenaram “cuidar-se”, “cada um em sua casa”, nada de mobilizações, nada de luta, nada de assembleias, amarrando os pés e as mãos dos trabalhadores. Reforçam o tempo todo as ilusões na democracia burguesa.

Por isso, é fundamental a luta para construir a direção revolucionária, o partido que ajude, com sua intervenção, as massas a superarem essas ilusões, a derrotarem a política de conciliação de classes, a combater o legalismo, a subordinação à ordem capi-

talista, a chocar-se com a grande propriedade privada dos meios de produção, lutando por sua expropriação, para transformá-los em propriedade social, partindo de suas reivindicações mais elementares, para compreender a necessidade de tomar o poder, de realizar uma autêntica revolução social, para acabar com a ditadura da burguesia, para impor um governo operário e camponês, da maioria oprimida da cidade e do campo.

A nossa história ensina que, por mais de 100 anos de lutas radicalizadas, heroicas, da classe operária e dos oprimidos, não puderam acabar com a exploração, o capitalismo, precisamente pela ausência da direção revolucionária, não por falta de disposição de luta. Essa situação se volta a apresentar na Argentina e em toda a América Latina. As grandes lutas populares podem ser desviadas, se não se resolve a crise de direção revolucionária.

Cumpriram-se 20 anos do levante popular que pôs abaixo De la Rúa e abriu a crise política mais importante. O movimento de massas não foi derrotado, foi desviado

Semelhante crise pode ser desviada, apoiando-se nas ilusões democráticas das massas, revivendo o peronismo, para que pudesse recompor o Estado e suas instituições. Essa ilusão permitiu que o kirchnerismo governasse durante 12 anos contínuos, mostrando-se como inimigo do neoliberalismo, que havia ocasionado tantos estragos, sem tocar em nada do essencial. Ficou demonstrado que as massas não tinham completado sua experiência com o peronismo, que se reativou e acabou seu mandato com alto grau de apoio popular.

A classe operária e os trabalhadores em geral protagonizaram grandes lutas sob o governo Macri – impedindo que se transformasse numa ditadura civil e que levasse adiante boa parte de seu programa - com 5 greves gerais contundentes e mobilizações de massas extraordinárias. A luta popular impôs à burocracia a convocação das paralisações e quebrou o apoio que tinham dado a Macri. Então, um setor importante da burocracia, liderado pelo sindicato de caminhoneiros, tomou a frente da luta.

Em 2018, em meio à profunda crise do governo Macri, o FMI interveio para protegê-lo, e colocar a economia sob sua direção. O peronismo contribuiu para salvá-lo, votando as leis que exigia o FMI, garantindo-lhe a governabilidade e o superendividamento. Quantas penúrias se poderia ter evitado no país, se se orientasse a crescente mobilização popular a voltar-se contra esse governo, para impedir o acordo com o FMI. Não esqueçamos que os centristas incuráveis recolocaram, nesse momento, a defesa por uma Assembleia Constituinte (como fazem cada vez que surge uma aguda crise política).

O movimento foi paralisado por essas direções, e também as dos movimentos de direitos humanos, mulheres, juventude, desempregados, com a perspectiva de derrotar eleitoralmente Macri em 2019, garantindo-lhe a governabilidade, até o final do seu mandato. Isso foi possível porque o movimento foi incapaz de se independizar politicamente do peronismo, e geraram-se ilusões em derrotar, pelo voto, Macri.

Como vemos, outra vez, as ilusões e a impotência de não contar com uma direção revolucionária, à altura das lutas que se travaram, acabou desviando o movimento. É necessário um balanço profundo por que se continua tropeçando sempre na mesma pedra.

O governo de Fernandez-Kirchner triunfa eleitoralmente, canalizando o descontentamento com Macri

A política do novo governo está centrada em reconhecer e renegociar a dívida externa extraordinária que deixou Macri, e aplicar as medidas recomendadas pelo FMI, portanto nenhuma recomposição e recuperação do salário e aposentadoria perdidos, nenhuma volta atrás com as privatizações, a entrega, o saque, a fuga de capitais. No terceiro mês de governo, aparece a Pandemia e o eixo de sua política será a quarentena, o distanciamento social.

Contou, desde antes de assumir, com o apoio e cumplicidade das direções burocráticas, e da maioria dos movimentos de desempregados, que lhe garantiam “acordo social”, para garantir a paz e poder conseguir seu objetivo de renegociar a dívida externa, marcada pelos grandes empresários como o principal problema a resolver. Todos assumiram a política de “ficar em casa”, rechaçando qualquer atividade nas ruas, e deixar o governo agir, confiando integralmente em suas políticas. Dessa forma, colocaram-se por desarmar politicamente as massas, desde o primeiro minuto.

Sob o governo de Fernández, se agravaram dramaticamente todos os indicadores do desastre social, e os oprimidos começaram a perder sua ilusão, diante da incapacidade do governo para conter os preços, conter a destruição de postos de trabalho, frear a precarização, e dar algum impulso a obras públicas e frear a fome. Pelo contrário, o governo colocou-se pelo pagamento da dívida externa fraudulenta, por não se meter com os interesses dos mais poderosos (fraude de Vicentin, por não expropriar o sistema de saúde, reprivatizar a via navegável do Paraná, etc.).

Sob o governo de Fernández, se agravaram dramaticamente todos os indicadores do desastre social, e os oprimidos começaram a perder sua ilusão, diante da incapacidade do governo para conter os preços, conter a destruição de postos de trabalho, frear a precarização, e dar algum impulso a obras públicas e frear a fome. Pelo contrário, o governo colocou-se pelo pagamento da dívida externa fraudulenta, por não se meter com os interesses dos mais poderosos (fraude de Vicentin, por não expropriar o sistema de saúde, reprivatizar a via navegável do Paraná, etc.).

Apesar da traição das direções, as massas buscam abrir caminho

Os movimentos de desempregados vêm ocupando as ruas, bloqueando pontes e avenidas, cada vez mais massivos, todo o tempo, enquanto se agrava o desemprego e miséria, reivindicando postos de trabalho, alimentos e vacinação. O governo buscou institucionalizar os movimentos, pretendendo isolar os mais combativos. A manobra durou muito pouco, já que não pode conter sua mobilização permanente.

As ocupações de terras, em numerosos lugares, foram também uma prova da disposição de resistir. O ponto mais importante, pelo seu número, sua concentração e duração, foi a de Guernica, que levou o governo kirchnerista da província de Buenos Aires a reprimir brutalmente para despejá-la.

A luta mais importante desse período foi o da “Pueblada” da província de Neuquén. Uma histórica greve dos trabalhadores da saúde, que adotou os métodos mais radicalizados de

“ Os movimentos de desempregados vêm ocupando as ruas, bloqueando pontes e avenidas, cada vez mais massivos, todo o tempo, enquanto se agrava o desemprego e miséria, reivindicando postos de trabalho, alimentos e vacinação. O governo buscou institucionalizar os movimentos, pretendendo isolar os mais combativos. A manobra durou muito pouco, já que não pode conter sua mobilização permanente.

luta, bloqueando a estrada do petróleo e todas as estradas com piquetes, respaldados pela maioria da população, contra a burocracia apodrecida, exigindo reajuste salarial, fim das perseguições, incorporação efetiva dos precarizados. Diante da fortaleza da luta, não funcionou a repressão direta ou o assédio dos burocratas. Sua força nasceu das assembleias, da coordenação de todos os hospitais, da eleição de delegados e seu funcionamento. Foram 2 meses de uma grande luta, que antecipa o que ocorrerá em todo o país.

Seu antecedente foram os trabalhadores mineiros de Andacollo, no começo da Pandemia, que marcharam sobre Neuquén, exigindo o pagamento dos salários, ganhando a solidariedade daqueles que se colocavam contra o governo e as burocracias, nas ruas, enfrentando-os. E as lutas nas ruas foram crescendo, apesar do medo da Pandemia, do governo, da burocracia e das vacilações de uma parte da esquerda centrista, que preferia as respostas virtuais. Popularizou-se nossa consigna de “sem salário, não existe quarentena”, mostrando a impotência dos governos em garantir a quarentena imposta.

Os operários azeiteiros voltaram a tornar-se referência na luta salarial, depois de 21 dias de greve, com ocupação de estabelecimentos, bloqueios de rua e piquetes nas portas da fábrica. Torceram o braço de um dos setores patronais mais importantes do país, impondo suas reivindicações. E romperam com os obstáculos interpostos pelo governo. Impuseram novamente que o salário mínimo é valor da cesta básica familiar. Somente um punhado de sindicatos a conquistou, com organização e luta.

Em centenas de oficinas, fábricas, comércios e hospitais ocorreram lutas isoladas em defesa dos postos de trabalho, rechaçando os fechamentos, exigindo o pagamento dos salários atrasados e reajuste de salários. O governo teve de reconhecer o fracasso de sua política salarial, e aceitar que se reabrissem as paritárias.

Em dezembro de 2019, logo que assumiu o governo, modificou a lei que permitia a mega mineração em Mendoza, a resposta popular foi tão forte que em 2 semanas tiveram de anulá-la. O mesmo aconteceria durante este último ano e meio em Chubut, rechaçando as manobras para impor a colonização mineira, e também em Catamarca. A mega mineração multinacional é uma aposta do governo para que ingressem capitais, e aumentem as exportações, para poder pagar a dívida externa.

Foi a longa luta do movimento de mulheres que impôs a lei do Direito ao Aborto. O governo buscou capitalizá-la, enviando o projeto de lei e colocando para votar no Congresso. Essa grande conquista não conseguiu desmobilizar as mulheres, nem no “8 de março”, nem no “Nenhuma a Menos”, que continua sua luta massiva em todo o país, apesar do boicote das organizações vinculadas ao governo. As organizações de direitos humanos, que voltaram a chamar a “ficar em casa”, não foram ouvidas, e, em 24 de março, no aniversário da última ditadura militar, houve manifestações massivas.

Essa descrição mostra que existe disposição de luta, apesar das ilusões no governo, apesar da traição das direções burocráticas. Mostra que as massas não foram derrotadas. Que é essencial a unidade e coordenação das lutas, para potenciá-las. E mostra também a debilidade da direção revolucionária, que deve vincular-se a essas lutas, para ajudar a compreender que sua perspectiva é lutar por seu próprio governo, operário e camponês, da maioria oprimida.

As massas são encurraladas pela polarização que se apresenta entre neoliberais e antineoliberais, peronistas e antiperonistas, que ajuda a ocultar a natureza de classe burguesa de suas políticas, que se baseia no respeito à grande propriedade dos meios de produção. Por isso, é imprescindível desnudar esse caráter de classe das políticas, desenvolvendo uma diretriz de independência política diante do Estado burguês, suas instituições, seu ordenamento e seus partidos.

Enquanto não se resolver a construção da direção revolucionária, as massas se chocarão uma e outra vez com suas ilusões, protagonizando lutas extraordinárias, que acabarão sendo desviadas.

A intervenção se deve concentrar nas reivindicações mais urgentes das massas, e resolvê-las mediante seus próprios métodos de luta e organização. Começando pela exigência de um salário e uma aposentadoria que, no mínimo, alcancem o valor da cesta básica familiar; acabar com o flagelo do desemprego, abrindo as oficinas, fábricas e comércios fechados; dividindo as horas de trabalho entre todos os trabalhadores; exigindo um plano de obras públicas, que empregue milhares de trabalhadores na construção, em oficinas navais, oficinas ferroviárias; acabar com toda forma de precarização trabalhista. Sabemos que, para alcançar essas reivindicações, a condição é romper com o FMI, desconhecer toda a dívida externa, estatizar os bancos e o comércio exterior, anular todas as privatizações, recuperando todos os recursos e todas as empresas, acabar com oligarquia latifundiária, recuperando todas as terras apropriadas. Esses pontos são parte de um plano de emergência, que tem de ser imposto com a luta, com os métodos históricos da classe operária, que nesse caminho irá recuperando os sindicatos e centrais, expulsando os burocratas. A classe operária se converterá novamente na liderança indiscutível dos oprimidos, podendo dirigi-los na luta pelo seu próprio poder.

É preciso romper os obstáculos que dificultam a vanguarda classista de assumir essa perspectiva, em especial, romper com a nefasta intervenção da esquerda democratizante.

Essa é a política, essa é a estratégia, com a qual lutamos, pondo em pé o POR, para resolver a tarefa histórica de superar a crise de direção revolucionária no país, e como parte da tarefa Internacional de reconstruir a IV Internacional, a partir do CERQUI (Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional).



Brasil**A POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO NAS CONDIÇÕES DE APROFUNDAMENTO DA CRISE ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA**

1. Durante um ano e três meses, a classe operária e os demais explorados suportaram a crescente onda de mortes causadas pela Pandemia, o fechamento de fábricas, as demissões massivas e o avanço da miséria e a fome, sem que as direções sindicais e políticas se dispusessem a organizar qualquer tipo de resistência coletiva. O fechamento das portas dos sindicatos resultou da adesão de todas as variantes do reformismo e da esquerda centrista à política burguesa do isolamento social. A bandeira do “Fique em Casa”, hasteada por uma frente de governadores, foi agarrada com tanta obstinação, que as direções passaram a agir francamente contra a convocação de assembleias presenciais, greves e manifestações de rua. Para ocultar a evidente capitulação, refugiaram-se no mundo virtual das redes sociais. Recorreram à fraude das assembleias e decisões virtuais, cujo resultado foi o de fortalecer o bloqueio à ação direta das massas, premidas pelo temor da contaminação, das mortes e das demissões.

A política de conciliação de classes, que vinha desviando e abafando os instintos de revolta dos explorados, diante dos ataques da burguesia à força de trabalho, apenas mudou de forma, sob o longo período de pandemia. De um lado, a burguesia se mostrou incapaz de proteger a vida da maioria oprimida; de outro, as direções colaboracionistas serviram de auxiliares às manobras diversionistas dos governantes, que se dividiram em função dos interesses econômicos e das disputas políticas.

O Partido Operário Revolucionário (POR), desde o início da Pandemia, em março de 2020, estabeleceu a linha política e programática de que somente o proletariado organizado e em luta poderia combater a burguesia e seus governantes, e colocar-se à frente da maioria oprimida. Assim, se opôs ao desmonte do Dia Nacional de Luta, que ocorreria em 18 de março. Defendeu que deveria ser mantido e transformado em assembleias populares, para decidir sobre um programa emergencial de autodefesa e de combate à burguesia e seus governantes, incapazes de tomarem medidas em favor dos pobres e miseráveis. O fato de o POR ser embrionário fez com que não pudesse senão estabelecer a linha divisória entre a política de colaboração e a política de luta de classes do proletariado. O resultado foi que, sem uma direção revolucionária, amplamente implantada na classe operária, imperou a diretriz da frente burocrática e, portanto, da escalada das mortes, das demissões, do subemprego e da miséria.

O flagelo comprovou que a classe operária não pode renunciar à luta e à sua organização própria, em hipótese alguma, mesmo sob a mortífera Pandemia. E sua vanguarda, o partido revolucionário, tem de redobrar suas energias, para que as massas rompam o cerco das direções colaboracionistas e capituladoras.

2. A Pandemia serviu de cobertura para os capitalistas intensificarem a ofensiva contra as antigas conquistas da classe operária, e implantarem novas formas que permitem aumentar a exploração do trabalho. O governo Bolsonaro e o Congresso Nacional baixaram a Medida Provisória 936, que facultou ao

patronato reduzir a jornada reduzindo o salário, e suspender contratos de trabalho. Durante meses, em 2020, foi utilizada como proteção do capital contra o trabalho, sob a farsa de que se estariam protegendo os empregos. Ao mesmo tempo, milhões eram demitidos e empurrados para o gigantesco exército de desempregados e subempregados crônicos. Os próprios dados de instituições da burguesia indicaram o enorme avanço do número de miseráveis e, assim, o agigantamento do contingente de brasileiros que enfrentam a “insegurança alimentar” e, literalmente, a fome.

É nesse marco que as direções sindicais e políticas se valeram da paralisia das massas e das assembleias virtuais, para realizar acordos sob a égide da MP 936, que agora se transformou na MP 1045. O governo e o Congresso Nacional também baixaram o auxílio emergencial de R\$ 600,00, pouco mais da metade do salário mínimo, que é de R\$ 1.100,00. As direções sindicais e políticas exaltaram a miséria como se fosse uma conquista das centrais. Essa migalha logo foi rebaixada para um valor médio de R\$ 250,00, destinada a menos de um terço dos que receberam os R\$ 600,00, e que sequer compra metade de uma magra cesta-básica. Paralelamente, se juntaram à campanha filantrópica da burguesia, pedindo que os trabalhadores contribuíssem com produtos da cesta-básica. De repente, a hipócrita ajuda humanitária aos famintos foi acionada para irmanar os capitalistas e os trabalhadores, cujo sentimento piedoso ajudava a conter a revolta dos oprimidos. É nesse momento que associações de favelas, instituições religiosas de caridade e ONGs mostram sua face de agentes dos opressores do povo. Nota-se, portanto, a promoção de uma campanha, orquestrada pelos meios de comunicação, em que se fundem a MP 936, auxílio emergencial e ajuda filantrópica.

Era de interesse, tanto da burguesia quanto das direções sindicais e políticas, apagarem os antagonismos de classe, colocando no mesmo terreno explorador e explorado, como se a Pandemia atingisse a todos da mesma forma, e nas mesmas condições. Esse foi o conteúdo da política de colaboração de classes. O que resultou no desarme ideológico, político e organizativo do proletariado. Essa intervenção, desde os sindicatos, centrais e movimentos, por cima da maioria trabalhadora, só foi possível porque a política de conciliação de classes vinha sendo implantada e fortalecida há muito, principalmente no período de ascensão eleitoral do PT e de seus treze anos de governo. No furor da Pandemia, mudou apenas de forma.

É importante assinalar que a frente burguesa informal em torno ao isolamento social e à aplicação das diretrizes do plano emergencial do governo e do Congresso Nacional arrastou praticamente todas as correntes de esquerda, e, parte dela inclusive, para o humanitarismo burguês. A fraudulenta “greve sanitária”, na educação, decretada pela assembleia virtual, se distinguiu por evidenciar o corporativismo mesquinho das direções sindicais. Auxiliou diretamente no ob-

jetivo do governo e do empresariado, em avançar na implantação do ensino a distância (EaD), que é uma excrescência do capitalismo em decomposição e do processo de destruição da Educação, separando ainda mais a escola da produção social. A bandeira de “greve geral sanitária” – e não por salários – foi uma tentativa de se usar uma panaceia para ocultar o seguidismo dos sindicalistas de esquerda ao reformismo e ao corporativismo.

É nessas condições ideológica, política e organizativa que a Pandemia provocou mais de 500 mil mortes, e impulsionou a crise econômica, levando a milhões de demissões, ao desemprego, ao subemprego e a uma multidão de famintos. Não há como as direções sindicais e políticas, de direita, centro e esquerda, se livrarem da responsabilidade pela catástrofe, ainda que cumprissem o papel de coadjuvantes e serviçais da burguesia.

3. As lutas sindicais não cessaram, apesar do poderoso bloqueio. O primeiro sinal da necessidade de choque com o patronato se deu com a greve dos metalúrgicos da Renault contra

as demissões, em meados de julho de 2020. As assembleias presenciais e a manutenção do movimento por mais de 20 dias contrariaram a orientação geral da burocracia, de não romper a política do isolamento social. Em seguida, eclodiu a greve contra o encerramento da Ford no Brasil. Não demorou muito, a LG anunciou o seu fechamento. Foram duros golpes sobre a classe operária, como parte de uma onda de fechamento de fábricas e destruição de postos de trabalho. Portavozes da burguesia e a própria burocracia sindical referem-se ao fenômeno como “desindustrialização”.

As direções dos sindicatos, no entanto, se utilizaram da resistência operária para negociar indenizações, e assim abriram mão da luta contra o fechamento e a liquidação de postos de trabalho. Esteve colocada a defesa da estatização sem indenização, ocupando as fábricas, impondo o controle operário da produção e organizando uma campanha nacional de frente única pelos empregos e salários. Sem essa orientação e resposta prática, as multinacionais não tiveram nenhum problema em usar uma pequena fração de sua lucratividade e capital, acumulado durante dezenas de anos de exploração da força de trabalho e do mercado interno. É bom assinalar que essa capitulação envolveu direções sindicais de direita, centro e esquerda – Força Sindical, CUT, CSP-Conlutas. É nesse marco de luta operária que ocorreram os protestos de petroleiros e eletricitários, e a greve nacional do Correios – todos contra as privatizações, mas cada um por seu lado. Nos sindicatos operários, portanto, é onde se ergueram as mais férreas barreiras.

Uma das mais significativas pressões de setores da burguesia sobre o governo Bolsonaro e o Congresso Nacional foi que não se podia perder uma situação tão favorável para impulsionar as privatizações e as concessões, que também são privatizantes. A Petrobrás continuou sofrendo o fatiamento.



“ Esteve colocada a defesa da estatização sem indenização, ocupando as fábricas, impondo o controle operário da produção e organizando uma campanha nacional de frente única pelos empregos e salários.

4. No momento em que, no final de maio, as mortes chegavam a 500 mil, e a catástrofe econômica continuava o seu curso, as direções sindicais e políticas decidiram quebrar a sua passividade, e convocar um dia nacional de mobilização, sob três bandeiras: “Fora Bolsonaro”, “Auxílio Emergencial de R\$ 600” e “Vacinação”. Surpreenderam-se com a afluência massiva e o alcance que teve, em várias partes do país. Rompiam-se as amarras que durante tanto tempo impediram a retomada das ações coletivas.

A disposição de milhares de trabalhadores e jovens de ganhar as ruas – a maioria de classe média arruinada – refletiu a pressão social que se gestava sob os pés das direções colaboracionistas e capituladoras. A montanha de mortos, o desemprego em alta, o subemprego inchado, as perdas salariais, a volta da inflação e a potenciação da fome, combinados, fermentaram uma explosividade que já não poderia ser contida por mais tempo. As direções sindicais e políticas se viram na contingência de canalizar politicamente o descontentamento das massas, que passaram a rejeitar a política reacionária, antinacional e antipopular do governo Bolsonaro.

A crise política, que se agravou desde 2014, não teve como ser controlada em nenhum momento pelo governo eleito, que se seguiu ao governo originado do golpe de Estado de 2016. Isso por que as tendências destrutivas da desintegração do capitalismo não tinham como ser revertidas; e o desemprego mantinha a sua marcha ascendente. A monumental dívida pública não dava margem de manobra a Bolsonaro, que tinha de intensificar as contrarreformas e o entreguismo. Bastaram os primeiros meses para se observar que seria um governo incapaz de dar qualquer solução em favor da economia nacional e da população. A Pandemia acelerou a crise de governabilidade. Bolsonaro e sua camarilha militar

não tiveram como implantar um governo bonapartista. Aí se encontra a base de sua falência.

Os choques interburgueses, motivados pela desorganização econômica e social sob a Pandemia, desintegrou, de uma vez por todas, a frente política que permitiu a vitória de Bolsonaro contra o candidato do PT, em 2018. O que gestou uma crise federativa, há muito não vista com tanta gravidade. É nessas condições que o PT, defenestrado e alquebrado pelo golpe de Estado e prisão de Lula, renasceu como fênix. Teve muita importância, para esse renascer, a posição das direções sindicais e políticas diante da Pandemia e dos alinhamentos burgueses – de um lado, Bolsonaro; de outro, a frente dos governadores. Nesse contexto de desmoronamento do governo Bolsonaro e colaboração de classes, é que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela volta dos direitos políticos de Lula, que ascendeu eleitoralmente. O processo político, de desmoronamento do governo Bolsonaro e de reerguimento da oposição reformista, condicionou a volta das massas às ruas, em 29 de maio. Logo ficou exposta, à luz do dia, a ausência de independência política das manifestações, diante da política burguesa oposicionista.

O POR estabeleceu como linha de intervenção a luta contra a canalização da revolta dos explorados para a via institucional e as eleições. Assentou a posição de que o caminho da independência política começaria pelo combate dos explorados por um programa próprio de reivindicações.

5. A constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar a responsabilidade de Bolsonaro pelo descontrole da Pandemia, estabeleceu um marco na crise política. O objetivo é o de criar as condições para abrir um processo de impeachment. Essa consigna foi levantada há muito pelo PT e aliados. A bandeira de “Fora Bolsonaro” é a forma para o conteúdo do afastamento do presidente da República, pela via institucional. Em não havendo uma maioria no Congresso Nacional, uma frente ampla burguesa e o consentimento das Forças Armadas, o impeachment não passava de propaganda oposicionista, quase que restrita à oposição liderada pelo PT. Só recentemente, com o agravamento da crise federativa, setores da oposição de centro-direita se foram deslocando em direção ao impeachment. Assim, se viabilizou a CPI, cujos resultados têm abalado mais seriamente os alicerces do governo Bolsonaro. Não por acaso, as direções sindicais e políticas passaram a canalizar a revolta acumulada dos explorados para esse terreno oposicionista.
- O fato mais significativo na CPI foi a revelação de um esquema de corrupção na compra de vacinas, montado a partir do ministério da Saúde. O presidente da República, o ex-ministro da Saúde, militares e empresas aproveitaram a Pandemia para acertar a compra de vacinas superfaturadas. Mesmo que a roubalheira tenha sido descoberta antes do acordo da compra ter sido efetuado, num caso, e concretizada, em outro, trouxe a céu aberto o esgoto da corrupção bolsonarista. O processo de apropriação do dinheiro público na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e a proximidade dos Bolsonaros com as milícias deste estado – processo esse que foi sistematicamente obstaculizado – já havia desmascarado a farsa do governo anticorrupção. As revelações na CPI se encarregaram de arrancar de vez a máscara da impostura de Bolsonaro e sua camarilha de politiquinhos e militares.

O impeachment, como demonstra a experiência, depende da mobilização da classe média. As direções sindicais e políti-

cas viram, assim, uma oportunidade ímpar, em que crescia o descontentamento da população, de um lado, com as crises sanitária, econômica e social; e, de outro, com o deslocamento de uma fração burguesa oposicionista no sentido do impeachment. O PT e aliados sentiram a firmeza do chão sob seus pés. O petismo se potenciou eleitoralmente, e ganhou força política com a bandeira do impeachment. Conta, concretamente, com essas duas variantes, que estrategicamente resultarão na troca de um governo burguês por outro, com maior probabilidade de ser do PT, em uma aliança que ainda está por ser constituída.

A entrega, no dia 30 de junho, do “Superpedido de Impeachment” ao presidente da Câmara dos Deputados, representou uma tendência de aproximação do bloco do PT com o bloco de centro-direita. Esse acontecimento se refletiu na manifestação nacional de 3 de julho. Momento em que se colocou na ordem do dia a formação de uma frente ampla pelo impeachment. As esquerdas, que procuravam preencher a bandeira do “Fora Bolsonaro” com conteúdos verbais esquerdizantes, se viram amarradas ao mastro do impeachment.

O POR assinalou que essa estratégia burguesa de disputa pelo poder se encorpou, sob o teto da crise de governabilidade, e sobre o terreno da revolta dos oprimidos contra o governo Bolsonaro. É nesse marco que a vanguarda com consciência de classe tinha e tem de travar o combate pela independência política dos explorados, erguendo o programa de reivindicações vitais, agindo com a tática da ação direta das massas, e desenvolvendo a estratégia própria de poder do proletariado.

6. O fundamental da situação está em derrubar as barreiras da política de colaboração de classes, que têm impedido o proletariado de assumir seu posto no movimento das massas. De um lado, trata-se de pôr em pé um movimento de frente única, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. De outro, propagandear e agitar o programa estratégico do proletariado.

Caso o proletariado não intervenha com seu programa e estratégia, o movimento pequeno-burguês, iniciado em maio, será sufocado na camisa de força da oposição burguesa. Os primeiros passos dados pelas direções sindicais e políticas para ampliar ao máximo possível a frente pelo impeachment indicam que essa é a tendência. Duas experiências ajudam a compreender e a lutar contra esse perigo, os movimentos pelas “Diretas Já” e o impeachment de Collor (“Fora Collor”). A sua repetição, nas condições de avanço da barbárie social, pode impor um retrocesso ainda maior na tarefa de emancipar a classe operária e os demais explorados do domínio da burguesia e da opressão imperialista.

O atrelamento da burocracia dirigente às multinacionais e a estatização dos sindicatos alcançaram tal ponto, que se eliminaram das plataformas sindicais as reivindicações de proteção aos empregos, reposição dos salários e garantia de direitos trabalhistas. Em seu lugar, se colocou a flexibilização capitalista do trabalho, concebida e ditada pelos monopólios internacionais.

Estrategicamente, as direções sindicais e políticas adotaram a tese de um governo que responda às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas, criação de empregos e distribuição de renda, ocultando seu caráter burguês e as condições estruturais de desintegração do capitalismo. Assim, o proletariado e demais explorados não têm por que lutar por suas reivindicações vitais, bastando se enfileirar eleitoral-



“ (...) a vanguarda com consciência de classe tinha e tem de travar o combate pela independência política dos explorados, erguendo o programa de reivindicações vitais, agindo com a tática da ação direta das massas, e desenvolvendo a estratégia própria de poder do proletariado.

mente por trás da constituição desse tipo de governo. Esse reformismo, profundamente degenerado, falseia e engana as massas com o aceno sobre a possibilidade de reformas no capitalismo que se decompõe, nacional e mundialmente. Essa estratégia burguesa tem conduzido a retomada das lutas. As dificuldades, portanto, de se organizar uma poderosa fração revolucionária no seio da classe operária são imensas. Exatamente, por isso, se trava a luta elementar no campo da defesa das reivindicações básicas dos explorados. Não há como procurar atalhos a esse enfrentamento com as direções sindicais e políticas, reformistas e contrarrevolucionárias. O programa de expropriação do grande capital, estatização e

controle operário da produção está objetivamente colocado. Há manifestações concretas, como no caso da guerra comercial protagonizada pelos monopólios químico-farmacêuticos, cuja resposta tem de ser a expropriação e controle operário. São os casos de privatização, que colocam a bandeira de reestatização; e do fechamento de fábricas. De conjunto, esses casos mostram aos olhos da classe operária a ponta do iceberg. A alta do custo de vida, a miserabilidade dos camponeses e a fome nos centros urbanos colocam, à luz do dia, o caráter concentrador do agronegócio, que coexiste com a velha estrutura latifundiária, e a sua função de subordinar a economia nacional ao comércio mundial. A crise econômica, que vem abalando o país, principalmente desde 2014, somente pode ser enfrentada com o programa de expropriação revolucionária da grande propriedade e transformação dos meios de produção privados em social. Esse programa tem de ser encarnado pelo proletariado em luta, o que lhe permitirá ampliar a luta de classes e marchar para a tomada do poder da burguesia, e constituir o poder operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

Bolívia

A palhaçada interburguesa da farsa masista do golpe de Estado procura, sem êxito, distrair a atenção da população sobre a grave situação econômica do país

A imprensa burguesa não se cansa de noticiar a polêmica interburguesa, em torno de se houve ou não golpe de Estado. Parece que estavam de férias, fora do país, e que não viveram, nem testemunharam os acontecimentos, que levaram à expulsão de Evo Morales do poder.

O que há de investigar? O protagonista principal dos fatos que ocorreram em novembro de 2019 foram, fundamentalmente, as massas pequeno-burguesas urbanas, enjoadas com a corrupção e as arbitrariedades do governo Evo Morales. Eis por que ganharam as ruas, fazendo com que o governo desmoronasse, como um castelo de cartas, com um primeiro sopro.

Na consciência da maioria, estava presente que o desmoralizado governo somente poderia vencer as eleições recorrendo à fraude, coisa que aconteceu efetivamente, e foi a gota d'água que transbordou o copo da tolerância da população, diante da desfaçatez MASista, que permitiu à velha direita fascizante e

racista ocupar o poder. O que veio a seguir apenas demonstrou aos pretensos golpistas, desesperados por acharem uma saída à situação criada pela revolta urbana, que, além disso, pôs em evidência a debilidade do governo que, apesar de seus chamados para golpear as “Pititas” (movimento da classe média, que provocou a derrocada de Evo Morales, e que logo dividiu-se entre os que apoiavam Carlos Mesa ou Fernando Camacho, NEJ), não achou apoio, enquanto Evo e Linera fugiam desesperados, procurando salvar sua pele.

A teoria do golpe desmorona aos pedaços, torna-se um bumerangue contra seus autores, enquanto a maioria nacional arde de raiva contra o governo que, em vez de atender as necessidades da população, procura enganá-las com historietas, cada vez mais difíceis de acreditar. O circo esgota-se, e os famintos passam à margem, exigindo do governo incapaz soluções a seus problemas.

Bolívia**O CIRCO ESGOTA-SE RAPIDAMENTE, PORQUE OS FAMINTOS NÃO QUEREM PALHAÇOS, E SIM COMIDA**

As contradições entre a direita tradicional e a direita MASista, entre aqueles que argumentam que o MAS fraudou as eleições de 2019, para focar o eixo da politicagem, na defesa de uma democracia inexistente na Bolívia, e da invenção (relato) MASista, no sentido de que a eclosão social de outubro/novembro do mesmo ano foi um golpe de Estado, se esgotam, ao se chocar com uma realidade dilacerante, que emerge das consequências da grave crise econômica e sanitária, que expuseram a incapacidade do Estado burguês para resolver os problemas de subsistência dos bolivianos. Ambas as versões das direitas procuram chamar a atenção da maioria nacional, e direcioná-la para caminhos falsos, à margem dos reais problemas que afligem os explorados e oprimidos, que constituem a grande maioria deste país.

Os famintos, incluindo a maioria dos autônomos das cidades e do campo, que não dependem de um patrão, e que ganham o sustento diário para sobreviver, sentem-se desprotegidos pelo sistema social, e a cada dia buscam melhorar sua miserável renda, para sobreviver em condições lamentáveis. Os trabalhadores assalariados enfrentam o perigo permanente de perder seus postos de trabalho, e ver seus soldos e salários diminuírem, enfrentam a ameaça permanente de cortes em seus benefícios sociais e nas conquistas obtidas, ao longo de anos de luta. Os diferentes setores da classe média sentem-se cada vez mais desprotegidos, e não encontram os meios necessários para exercer suas atividades em condições normais, etc. Neste complexo contexto econômico e social, que importância pode ter, para as pessoas desesperadas, que os palhaços de um circo de má qualidade se digladiem entre si? A invenção do “golpe de Estado” do MAS não encontra alicerce sólido, nem mesmo nos alicerces das leis burguesas, pior na própria realidade onde o povo se rebelou contra um governo esgotado e corrupto, com mais 14 anos de gestão. Pretende-se encobrir a rebelião popular liderada, principalmente, pelas camadas da classe média, rebelião que, por sua profundidade e radicalidade, conseguiu minar a linha de comando da polícia e do exército, cujo descontentamento nas tropas e na oficialidade de baixa patente se arrastava há muito tempo. O decomposto governo de Evo Morales não conseguiu compreender que não bastava dar benesses ao alto comando, acreditando que este, de sabre em mão, poderia impor uma disciplina rígida, ao grito de “pátria ou morte”, nos setores mais amplos dessas instituições armadas, igualmente famintos, como o restante da população.

Durante esse processo, o POR cumpriu sua tarefa elementar de lutar para evitar que as massas acabassem presas por ambas as frações da politicagem burguesa. Mostrou o verdadeiro cami-

nho que aproximava as forças da revolução social. Desde o bloco de Comitês Cívicos do Sul, da caravana Chuquisaca até La Paz, do Cabildo Nacional realizado em La Paz, etc., lançou a palavra de ordem da independência política dos explorados e oprimidos, diferenciando-se da direita MASista e Mesista, e da ultradireita tradicional e racista. Sua posição ficou claramente expressa na consigna “nem o MAS, nem Mesa, nem o fascista Camacho”. Cumpriu seu papel revolucionário, sendo que os canalhas centristas, que aderiram à teoria do golpe, falsificaram a posição consequente do POR boliviano.

“ (...) a teoria do golpe se desmorona em pedaços, se torna um bumerangue contra seus autores, e a maioria nacional arde de ira contra um governo que, em vez de atender as necessidades da população, coloca-se por enganá-la com histórias, cada vez mais difíceis de acreditar.

Recentemente, as declarações do ex-comandante da FAB, General Terceros, perante a promotoria, abalaram os frágeis argumentos MASistas da teoria do golpe. Evidenciaram que Evo Morales, horas antes, informou ao Comandante Geral das Forças Armadas, o general Kalliman, sobre a sua decisão de renunciar à Presidência. Mesmo assim, confirmou que Evo Morales, Garcia Linera e seus auxiliares prepararam as condições, para que milhares de camponeses, seguindo suas instruções, queimassem a cidade de La Paz, e provocassem um banho de sangue no vale Cochabambino, caso o Alto Comando do Exército não autorizasse a saída dos derrotados para o México. Esse extremo foi conformado em reiteradas oportunidades por Evo Morales e Garcia Linera. A isso se somam as versões contraditórias a respeito do material antidistúrbios, enviado pela Argentina, diante do que alguns desmentem, e fazem acusações recíprocas de falsificar os fatos. Tudo isso seguindo os interesses políticos internos, tanto dos MASistas, quanto de seus opositores, o mesmo se passando com seus pares argentinos.

Assim, no mar de contradições e falsificações dos fatos, a teoria do golpe se desmorona em pedaços, se torna em um bumerangue contra seus autores, e a maioria nacional arde de ira contra um governo que, em vez de atender as necessidades da população, coloca-se por enganá-la com histórias, cada vez mais difíceis de acreditar. O circo se esgota, e os famintos passam à margem, exigindo do governo incapaz soluções de seus problemas.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Declaração do Partido Operário Revolucionário - Brasil

Viva a luta das massas colombianas!

Abaixo o governo assassino e narcotraficante!

5 de maio de 2021

Colômbia está diante de um novo levante operário e popular. O país tornou-se uma verdadeira praça de guerra, com o enfrentamento entre explorados e exploradores. A podridão da burguesia semicolonial se manifesta no preciso momento em que as massas miseráveis e oprimidas intervêm, e recorrem a seus métodos de luta, para se defenderem da violenta combinação das crises sanitária e econômica.

Há 8 dias, os colombianos enfrentam a brutal repressão e os métodos terroristas de Estado desfechados pelo governo de Ivan Duque. Até o momento, contabilizam-se 19 mortos, mais de 800 feridos, e 89 manifestantes desaparecidos. Eis como o governo ditatorial, paramilitar e narcotraficante pretende esmagar o levante operário e popular.

A revolta teve por estopim a apresentação da chamada "Lei da Solidariedade Sustentável", que aumentava em 19% os impostos sobre os serviços de esgoto, luz, água, gás, dentre outros. O que resultaria em um aumento entre 39% a 43% nos preços dos produtos e serviços de consumo básico (café, açúcar, alimentos, gasolina, etc.). Descarregaria, assim, todo o peso da crise sobre os operários, camponeses, juventude oprimida, e os pobres e miseráveis.

A insurgência reflete as raízes da violenta desigualdade e concentração de riquezas em mãos de uma ultraminoria. O desemprego atinge quase 20% da população. Cresceu a pobreza, que se aproxima de 50%. Continua a política de extermínio e terrorismo de Estado das lideranças operárias, camponesas e indígenas.

O levante dos oprimidos colombianos demonstra que as massas não podem esperar em suas casas, assistindo à destruição de seus mais elementares direitos e condições de vida. A resposta foi ganhar as ruas, furiosamente. Foi recorrer a um levante coletivo e nacional, impulsionado pela crise do capitalismo em decomposição. Resposta que ocorre no momento em que a crise sanitária dá um salto à frente, e a guerra comercial das vacinas se acirra. Resposta ao fracasso da política burguesa do isolamento social. Resposta à burguesia colombiana e ao governo de Duke, serviços dos Estados Unidos, por colocarem o país completamente à mercê dos monopólios que controlam as vacinas. Resposta à contrarreforma que sacrifica ainda mais a situação de vida dos trabalhadores.

Popularizou-se, entre as massas, a denúncia: "O governo é mais perigoso do que o vírus". Significa que a burguesia narcotraficante colombiana foi e é incapaz de estancar os estragos da pandemia, e proteger a vida dos pobres e miseráveis. E, agora, desfecha uma violenta contrarreforma que favorece as grandes empresas monopolistas, e descarrega o peso das crises sanitária e econômica sobre os explorados.

A crise política, os estragos da pandemia, o avanço das contrarreformas, os massacres de lutadores e o intervencionismo imperialista mostraram, aos oprimidos, o caminho da luta. Mostraram que estão obrigados a romper com a palavra de ordem burguesa de "ficar em casa". E que tomassem as ruas, recorrendo aos métodos coletivos da ação direta de massas. Foi assim que impuseram ao governo, após 4 dias, a queda da lei e do ministro da Fazenda, Alberto Carrasquilla.

Eis como os explorados e demais oprimidos, instintivamente, recorrem a seus próprios meios de luta, retomando os elos dos levantes operários e populares, que assombraram a burguesia em 2019.

O 1º de Maio na Colômbia, assim, se caracterizou por expressar as tendências mais profundas dos explorados, de intervir na crise com suas reivindicações e formas de combate. Não houve festejos, nem comemorações vazias. As massas enfurecidas irromperam na situação política, e mostraram como os trabalhadores procuram a via para romper com os ditames dos governos, e criar as condições para derrubar o governo assassino e narcotraficante.

Mas, não apenas se trata dos avanços na Colômbia. Os explorados e oprimidos do continente acham-se diante da disjuntiva de ferro: ou rompem a paralisia e recorrem à luta de classes, ou continuarão arcando com a destruição completa de suas capacidades físicas e mentais. O levante operário e popular da Colômbia é, certamente, um passo instintivo das massas contra o capitalismo em decomposição, e a impotência da burguesia semicolonial em responder e satisfazer as mais mínimas e urgentes necessidades da existência social.

É nessas condições concretas que transparece a crise de direção revolucionária. O proletariado está presente nos combates. Porém, não conta com uma direção política que unifique as lutas, auxilie os combatentes a se organizarem, e desenvolva a estratégia do governo operário e camponês, da revolução proletária. O levante vem criando as condições favoráveis para que a vanguarda com consciência de classe trabalhe por cavar as trincheiras da independência de classe, da luta anti-imperialista e do combate ao capitalismo.

A vanguarda da América Latina está obrigada a tirar as conclusões políticas da situação convulsiva na Colômbia. A primeira é a de que se deve romper a paralisia, e retomar o caminho da ação coletiva. A segunda é a de que há que levantar bem alto a bandeira de um programa de emergência dos explorados. Terceiro, a de que, em nossos países, temos a tarefa de defender o movimento das massas colombianas seguindo o seu exemplo. Quarto, a de que estão amadurecidas as condições para constituir a frente única anti-imperialista. Quinta, a de que somente se derrotam as contrarreformas por meio da luta de classes. Sexta, a de que é imperativo desenvolver no seio das massas a estratégia do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

A tarefa imediata da vanguarda no Brasil é a de romper a camisa de força da política de conciliação de classes das direções sindicais e populares. Não se trata de se limitar à denúncia, e se prestar solidariedade verbal às massas colombianas. Estamos diante da tarefa de organizar, imediatamente, em nosso país, um Dia Nacional de Luta, baseado no programa emergencial dos explorados. O que exige romper a passividade dos sindicatos, convocar assembleias gerais, e fortalecer a ação instintiva das massas. O internacionalismo proletário exige, da vanguarda com consciência de classe, se elevar à altura das tarefas colocadas pela história, e combater o capitalismo apodrecido com o programa, as bandeiras e os métodos históricos do proletariado.

Abaixo o governo de Duque! Tribunais Populares para julgar todos os crimes da burguesia contra as massas oprimidas! Toda solidariedade à luta das massas colombianas! Responder à desagração do capitalismo com o programa e a bandeira da revolução proletária!

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução, a IV Internacional

Chile, na encruzilhada entre a ilusão reformista na Assembleia Constituinte, ou a retomada da luta revolucionária, para acabar com a miséria e a opressão capitalista

O pleito mostra uma queda significativa do número de eleitores, em relação às eleições de outubro, mal ultrapassando 42% dos aptos a votar. Um setor majoritário da população deu as costas à super eleição. Fracassou a manobra de dois dias de votação, e a junção com a eleição de governadores, prefeitos e vereadores. É uma forte derrota eleitoral para a direita, e para o regime político como um todo.

Nas eleições de outubro, em uma lista de quase 15 milhões com direito a voto, havia 7.150.000 votos válidos. Nessas eleições, o número de eleitores caiu para 6.200.000, e o número de votos válidos caiu para 1.400.000 (descontando 500.000 votos nulos e em branco). Apenas 5.700.000 votos válidos, em dois dias.

A falta de entusiasmo nas eleições, ou desconfiança da maioria, depois de mais de um ano de campanha pelos constituintes, combinou com a luta das massas, que não abandonaram os métodos de ação direta contra o regime. A mais recente, a luta por uma aposentadoria adicional de 10%, com um destacado papel dos estivadores, é um claro sinal do ânimo das massas.

Este é o aspecto essencial do balanço. A manobra montada pelo governo e pela oposição, para desativar o levante de massas de 2019, e oxigenar o regime político, só confundiu e distraiu um setor da vanguarda, que se entusiasmou com a possibilidade de dar uma solução institucional à rebelião popular e à fenomenal crise política, que se abriu e que não pôde ser fechada.

Não se pode dizer que os opositores ou independentes eleitos como constituintes representem a revolta de outubro de 2019. Visto que o processo constituinte resultou do levante, mas para amputá-lo. Não se pode perder de vista o objetivo da manobra, da armadilha, de desviar as massas de sua luta e ajudar o Estado. Embora muitos dos eleitos tenham participado da rebelião.

Não se deve esquecer que a lei que convoca a Assembleia Constituinte estabeleceu, claramente, quais são os limites que terá a “nova” Constituição. Que deve respeitar as grandes imposições do capital financeiro e dos monopólios sobre o país.

Não pode haver uma Constituição que concilie os antagonismos irreconciliáveis que existem na sociedade. Não será capaz de resolver as principais contradições. O chamado consenso é uma mentira. Só pode haver uma nova Constituição, quando o proletariado acabar com a grande propriedade, por meio da revolução social. Qualquer reforma que se faça, respeitará o essencial das imposições neoliberais.

No entanto, esta Assembleia Constituinte não poderá deixar de ser uma caixa de ressonância da fenomenal crise política que se vive, ainda que a classe operária, com a sua política, com a sua estratégia, não esteja presente em seu seio.

O resultado da votação, tanto golpeia e humilha o oficialismo, quanto a “oposição”. A oposição que governou e legislou durante 30 anos, respeitando o mandato pinochetista, também foi golpeada. A poderosa Democracia Cristã somente terá dois legisladores. Evidentemente, destaca-se a enorme derrota da direita que, com 21% dos votos válidos, não atinge a pretensão de alcançar um

terço, para exercer o poder de veto sobre a redação dos artigos. E, também, se destaca sua derrota nas eleições para governadores, prefeitos e vereadores.

A novidade do caráter paritário da Constituinte entre mulheres e homens não poderá resolver a libertação da mulher e o fim de sua opressão. Isso porque são tarefas que não podem ser resolvidas por meio de leis ou de constituições. Somente serão resolvidas por meio da revolução social, que coloque fim às causas da opressão e violência contra a mulher.



A manobra montada pelo governo e pela oposição, para desativar o levante de massas de 2019, e oxigenar o regime político, só confundiu e distraiu um setor da vanguarda, que se entusiasmou com a possibilidade de dar uma solução institucional à rebelião popular e à fenomenal crise política, que se abriu e que não pôde ser fechada.

Os artigos consagrados aos direitos democráticos da mulher não poderão ser garantidos, se não se arranca o mal pela raiz da sociedade de classe. Diremos que, se é novidade que tornará mais visíveis as reivindicações das mulheres, afirmamos que não poderá resolvê-las. Não haverá “uma democracia paritária, inclusive deliberativa, que garanta a soberania das pessoas sobre seus projetos de vida”, no marco do capitalismo em decomposição.

Também é novidade a quantidade de “independentes” eleitos. É apenas uma amostra da rejeição de toda a politicagem tradicional. Mais do que isso não se pode dizer, uma vez que não podem constituir-se em um bloco homogêneo. O marco geral de suas posições é de respeito às relações capitalistas de produção. Alguns, que foram protagonistas das lutas, devem aproveitar seu lugar para denunciar a fraude da Constituinte, transformar sua cadeira em uma tribuna revolucionária, para desmascarar o engano, e começar por ignorar a Lei da convocação. Um papel que só pode ser cumprido por militantes revolucionários, caso contrário, serão arrastados pela manobra. Organizações centristas, que se diluíram naquele espaço, também são responsáveis pelo engano eleitoral, por fomentar ilusões reformistas.

A “oposição” ficará sem o argumento de ter de negociar e conciliar com a direita, porque não terá mais peso na Constituinte. Portanto, o texto que aprovar será de sua responsabilidade, assim como dos “independentes”, que foram eleitos em grande parte.

Mostrará até onde vai sua incapacidade de propor e impor outro regime político, de conquistar a soberania econômica e política. Para garantir a autodeterminação do povo Mapuche. Para desarmar o aparato repressivo de Pinochet.

Quando se diz “o Chile inicia seu caminho para uma nova Constituição”, as correntes de esquerda escondem o conteúdo de classe que terá. Esta “nova” Constituição manterá a exploração

e opressão da maioria, não tocará na grande propriedade dos meios de produção, dos rios, dos mares e das minas. Um punhado de famílias proprietárias do país pode ter seus rendimentos afetados, mas sua propriedade não está em risco. Dizer que a “esquerda triunfou” ou o que teve um “avanço histórico da esquerda”, pode dar lugar a engano ou a confusão, pois, é preciso alertar que esses constituintes respeitarão o regime da grande propriedade privada. Acabar com o neoliberalismo é acabar com as bases materiais desse poder econômico. A maioria dos constituintes eleitos pelos partidos fez parte do regime político desses 30 anos. Os “independentes” não se manifestaram a favor de uma estratégia política contrária.

É uma armadilha pedir que a Constituinte “se declare soberana”. Alertamos que não poderá ser soberana, porque está disciplinada pela Lei que a convocou, pois, não poderá colocar as forças repressivas sob seu comando, porque o regime de grande propriedade continuará prevalecendo. Basta de enganamentos!

É um fato notável que Irací Hassler, um jovem “comunista”, tenha triunfado na Prefeitura de Santiago, bem como a vitória esmagadora de Daniel Jadue, prefeito “comunista” da comuna da Recoleta, ao norte de Santiago, que chegou a 65% dos votos. Também é notável as vitórias de inúmeros candidatos considerados de “esquerda”. Expressa a bancarrota da direita e de seu regime político. No entanto, é necessário insistir repetidamente que esta esquerda também governou e co-governou durante 30 anos, que não é a portadora de uma transformação radical da sociedade, que é herdeira política da Frente Popular, responsável pela trágica derrota de 1973. E o Partido Comunista teve um claro papel contrarrevolucionário. Sua política é a de alimentar as ilusões na democracia burguesa, e assegurar que se mantenha o regime de exploração. Esse é o papel do estalinismo nos governos da América Latina, que os apoia ou integra.

Mas é especialmente notável que venceu a mapuche Francisca Linconao, que esteve presa. Poderá ser a porta-voz da luta histórica de seu povo e da reivindicação de autodeterminação nacional. No entanto, nesse marco, as reivindicações históricas não

podem ser resolvidas.

É preciso dizer, com todas as letras, que, para acabar com o pinochetismo de uma vez por todas, é preciso acabar com o domínio colonial do Chile, recuperar recursos e empresas, fazer uma revolução social, impor um governo operário-camponês, da maioria oprimida. Que, uma vez conquistado o poder, será dada uma nova Constituição, que refletirá a mudança fundamental na sociedade, que os meios de produção serão sociais (de todos em geral e de ninguém em particular). Que poderá decidir como organizar o governo, que expresse as assembleias populares, que realmente expresse a rebelião de 2019. Essa política é aquela que expressa conscientemente a vontade de mudança e transformação da sociedade, e não uma mera maquiagem.

Devemos resgatar todos os ensinamentos da trágica experiência da Frente Popular de Allende, que abriu caminho para a terrível derrota popular, cujas consequências se vivem hoje, para não repetir os erros.

Não há como reformar o capitalismo. Aqueles que estão entusiasmados com este processo constituinte ficarão frustrados.

Aproveitamos a discussão aberta para introduzir esse balanço, para fortalecer as assembleias, a organização popular, a recuperação dos sindicatos, a ação direta para defender os direitos dos explorados, e derrotar a política repressiva do governo, avançando na resolução da crise de direção revolucionária.

É um grande acerto do Comitê Construtor do POR no Chile ter caracterizado corretamente a manobra da Assembleia Constituinte e seu conteúdo. Essa posição foi compartilhada pelos setores mais combativos da juventude, pelas populações Mapuche, e por numerosas assembleias. Aí se está gestando uma vanguarda revolucionária, desmascarando aqueles que continuam a alimentar ilusões nas leis, nas eleições, nos constituintes, e em todos os meios legais para resolver os graves problemas.

Existem as melhores condições para avançar na construção do Partido Operário Revolucionário, seção do CERQUI. É hora de traduzir em organização as conquistas políticas e teóricas, plenamente confirmadas pela luta de classes.

Chile

A Lista do Povo defende o Estado burguês, a grande propriedade privada dos meios de produção

As eleições no Chile mostraram a rejeição de toda política burguesa. Apenas 42% dos habilitados foi votar. Menos do que nas eleições de outubro passado.

A Lista do Povo teve um bom resultado eleitoral, por conta desta rejeição, com 27 constituintes eleitos. É preciso caracterizar esse fenômeno, que se apresenta como um “*espaço de trabalho coletivo, democrático, horizontal e federativo*”, como progressista e até de esquerda. Embora sua declaração compareça como expressão das propostas “pós-modernistas”, corresponde à mesma linha da Frente Ampla. Proposta que se coloca por salvar o capitalismo decadente, humanizando-o, sob a retórica da “RECIPROCIDADE” e “INCLUSÃO”, com o que entram na cena política as nações-classe e o denominado “Estado Plurinacional”, junto ao slogan “Bom Viver”, que se traduz na ideia de desfrutar o capitalismo. O “Estado Plurinacional” faz parte da maquiagem “inclusiva” do capitalismo decadente, que inclui o próprio conceito de “povos originários”, passando pelo de “descolonização”.

A Lista do Povo se autoproclama como movimento, porque isto

lhe abre as portas a qualquer um que se declare independente.

Os partidos políticos que se reivindicam da classe operária, da esquerda, e que participam desta lista, estão cometendo um crime político. Os dizeres da Lista se colocam pela defesa da ordem burguesa, a exemplo do MET/LIT, que nunca se reivindicou da classe operária, diluindo o programa revolucionário da classe operária na generalidade de um “Partido dos Trabalhadores”.

Os partidos, as legendas e frentes têm um conteúdo de classe, embora não o digam explicitamente, ainda que pretendam ocultar. Como se o identificam? Pelas suas posições sobre a propriedade dos meios de produção, os acordos internacionais, o regime de exploração do trabalho, os métodos para impor as reivindicações.

Na declaração “QUEM SOMOS” dizem: “*Nós somos o Povo, aqueles que lutaram ao longo da história para obter dignidade e justiça, ... que se levantou no dia 18 de outubro ...*” Uma enumeração de boas intenções, que reafirma que se trata de lutadores, que rejeitam o governo e a direita, mas que afirmam que seus objetivos serão alcançados respeitando a grande propriedade!

Ao não declarar, expressamente, o fim da grande propriedade nacional e multinacional sobre os meios de produção, dá-se a entender que eles respeitam o regime de propriedade. Esta é a questão central que está sendo discutida no Chile, porque é a base do andaime fascista do pinochetismo. A Constituição é uma expressão desse poder econômico.

Real significado do “Antipartidarismo”

“O povo, cansado das ineficiências dos partidos políticos, estendeu a mão para que os independentes os representassem e tivessem voz na criação de uma nova carta Magna”

Esta ambígua declaração é perigosa. Refere-se à “ineficiência”, como se fosse um problema técnico, e não de classe. Quando a burguesia reconhece essa “ineficiência”, coloca o problema como sendo de boa ou má gestão, obscurecendo os acontecimentos, ou apenas condenando-os pelo “considerável abandono de deveres”.

Não condena explicitamente os partidos que apoiaram o regime. E assim pode também condenar as ações de partidos que representam os interesses da classe operária. A classe operária precisa de seu partido, precisa se politizar, construir sua direção política, e politizar os oprimidos em sua luta pela libertação, portanto, deve-se rechaçar qualquer ambiguidade nesse sentido. Os setores mais atrasados e preconceituosos podem adotar essa bandeira contra a vanguarda da classe operária.

Uma Constituição que pretende a conciliação de classes é uma Constituição burguesa

Diz a Lista do Povo, que quer uma Constituição que *“não esqueça as reivindicações da gente, uma Constituição que considere todos os cidadãos”*. Quando fica claro que o que se redigirá será uma Constituição burguesa.

Os “cidadãos” estão divididos em classes sociais, com interesses opostos, antagônicos e irreconciliáveis, portanto, é preciso dizer que não poderá existir uma Constituição para “todos”. Uma Constituição que represente os trabalhadores, a maioria oprimida, suas reivindicações, deve se colocar pelo fim da grande propriedade dos meios de produção, deve acabar com o sistema capitalista. Caso contrário, as demandas que constam no texto não poderão ser atendidas. Um “Chile para todos”, que não acabe com o regime da grande propriedade, continuará sendo o Chile de sempre.

Se não combatem as bases do poder pinochetista, terão traído as demandas populares, que dizem representar

Quando a Lista diz: *“Chile com igualdade de gênero, plurinacional e digno”*, a que se refere?

Por que não diz concretamente: todos os habitantes desta terra devem trabalhar, exceto aqueles que não podem fazê-lo por razões físicas ou de idade, o salário mínimo e a aposentadoria devem ser suficientes para viver como pessoas; saúde, educação, água, luz, serão serviços públicos e gratuitos. As terras saqueadas dos Mapuche serão recuperadas com a desapropriação, e entregues às comunidades que desejam explorá-las, e o restante será transformado em fazenda coletiva.

Falar de *“respeito e reconhecimento dos direitos dos povos originários”*, sem assinalar como se resolverá o problema da terra, dos bosques, dos rios, é uma farsa.

Por esta via concreta, podemos dizer que se alcançará a “igualdade de gênero”: todos trabalhando, acabando com o desemprego e a precarização trabalhista; todos recebendo o salário

que corresponda, sem discriminação; socializando as tarefas domésticas, recuperando as terras para trabalhá-las. Aí, sim, poderemos começar a falar de dignidade e igualdade.

Quando não se diz claramente de questões tão precisas e concretas, é porque não há vontade de lutar por elas. Eis por que tanta ambiguidade!

O mesmo se passa quando nos dizem que queremos *“um país empoderado e dono das riquezas naturais”*. Para que seja possível, há que desapropriar as empresas e empresários que as têm em suas mãos, expropriando-os. Não há outra via.

O mesmo quando se referem à *“Vocação Ambiental”*, partem de uma concepção idealista de querer modificar os paradigmas desta sociedade, sem tocar em suas bases materiais. Falar de *“um novo conceito de dignidade humana, chamando a substituir o paradigma da concorrência egoísta por um novo paradigma, baseado na colaboração solidária entre as pessoas”*, comparece apenas como expressão de boa-fé, como se fosse possível, fora da luta de classes, da derrubada do poder burguês.

Apologia da democracia burguesa, a ditadura do capital

O democratismo da Lista pode ser observado no enunciado no qual promove *“O dever de formar para a vida cidadã e, portanto, de votar nas eleições para autoridades locais e nacionais; participar em plebiscitos comunitários e em orçamentos participativos comunitários”*.

Isso é submissão ao legalismo burguês, às instituições do regime, ao invés de convocar a fortalecer os sindicatos, participar da vida sindical, das assembleias populares e da auto-organização desde os bairros. Essa colocação é contrária ao levante de 2019.

Diz que é *“O dever de respeitar cabalmente a nova Constituição, assim como as leis que se irão ditando em conformidade com ela”*. Só se pode respeitar a Constituição que seja o produto de uma transformação da sociedade. Uma Constituição que legitime a grande propriedade e a exploração, não se deve respeitar.

E coerentemente continua: *“O dever de respeitar o regime democrático, os direitos humanos e a ordem pública próprios de um regime democrático e de um governo legítimo”*.

Não existe democracia em geral. A democracia, que defendem e colocam em um altar, é a democracia burguesa, a ditadura do capital. Os oprimidos não devem respeitar nenhum regime que não seja o próprio, o de um governo operário e camponês, imposto pela revolução social. Reivindicamos o direito a subverter a ordem capitalista. A não respeitar sua legalidade.

No mesmo sentido e em nome de uma *“Vocação Participativa”*, propõem a institucionalização das organizações sociais, dizendo que *“devem ter uma participação de liderança no exercício dos governos locais e regionais”*, integrando-as ao Estado burguês. Acrescentam ainda mecanismos para melhorar a democracia burguesa: *“deve haver a possibilidade de convocar um plebiscito comunitário por iniciativa popular, assim como também a iniciativa popular prevista em lei; e devem ser estabelecidos mecanismos de controle e revogação de mandatos das autoridades. Ao mesmo tempo, é necessário fortalecer os conselhos de bairro, cooperativas e outras organizações sociais não governamentais, que possam tornar visíveis as preocupações dos cidadãos e aumentar a participação”*.

Outras reformas das instituições do Estado burguês: *“Promoveremos uma Nova Constituição que resolva os atuais defeitos de representatividade, como o denominado ‘clientelismo político’, em um sistema que confira maiores poderes ao Parlamento. Propore-*

mos estabelecer um sistema unicameral, regime de governo semi-presidencial, ou similar, com efetiva regionalização e mecanismos para a maior participação do cidadão e da sociedade civil na tomada de decisões, combinando democracia representativa com instrumentos de democracia direta”.

“... Garantir a independência externa e interna do Poder Judicial, bem como proceder uma revisão profunda dos mecanismos que visam a garantir o respeito à Constituição, o que implica uma nova visão sobre o controle da constitucionalidade, que poderia estar baseada em um tribunal especializado de um novo Supremo Tribunal, no contexto de uma sociedade que promova a responsabilidade de todas as autoridades”.

Essa é também uma forma de se adaptar a um aspecto essencial da Constituição Pinochet, que serviu para estruturar um regime de ditadura civil: preservar o judiciário do controle da Constituição, colocado por cima do poder legislativo e do governo, que decide o que pode e o que não pode ser feito. Um órgão que não é eleito pelo voto popular.

Na época de decomposição e desintegração do capitalismo, não há possibilidade de reformas, não é possível melhorar o Estado, e muito menos nas semicolônias. Esta política é reacionária, diante do que expressou a revolta popular que eclodiu em 2019, que é a necessidade de derrubar este Estado.

A Lista do Povo afirma: “os partidos políticos devem ser regulamentados constitucionalmente, exigindo uma organização democrática e participativa, com pleno respeito pela vontade de seus militantes, acabando com todos os mecanismos que permitem às cúpulas não cumprirem a vontade das bases manifestada democraticamente”.

Rejeitamos qualquer intervenção do Estado burguês na vida dos partidos que se reivindicam da classe operária. Os revolucionários se organizam no partido regido pelo método do centralismo democrático, aplicado sem nenhuma interferência externa. O Estado operário, produto da revolução social, permitirá a atuação política apenas dos partidos que defendam a propriedade social dos meios de produção, que defendam o Estado operário.

Também se autodefinem como “um movimento pacifista, com profunda vocação democrática, que considera fundamental a atividade política como principal antídoto contra a corrupção, que vem prejudicando a adesão da população ao sistema democrático. Estamos convencidos de que o fortalecimento da participação política, e a melhoria do sistema democrático, contribuem de forma decisiva para a liberdade, a igualdade formal e material, a justiça social e a defesa dos direitos humanos”.

Rejeitamos a defesa pacifista da democracia burguesa, que é uma ditadura de classe, violenta contra os oprimidos. Violência que se acabará somente com a destruição das raízes da opressão e exploração, por meio da revolução social. É lamentável a preocupação com a pouca adesão da população à democracia burguesa, que está em crise profunda, devido à revolta popular. Somos a favor de levar a luta de classes até o fim, até acabar com todas as formas de dominação burguesa.

A corrupção a que se refere é parte da podridão capitalista. Na época do imperialismo, de monopolização e concentração dos meios de produção, e de saque das riquezas da nação oprimida, a corrupção aflora em todos os países. O Estado não a combate, nem poderá combatê-la, porque é a expressão dessa classe social, em decadência e decomposição.

Em defesa da submissão do país

Diz a declaração: “Estamos conscientes da profundidade das mudanças sociais, econômicas, culturais, científicas, tecnológicas

e políticas que ocorreram no Chile, eis por que consideramos que é nosso dever revisar e propor padrões políticos e éticos que estejam à altura dessas transformações, e que permitam chegar a uma sociedade cujo imperativo ético deve ser o da dignidade da pessoa humana e dos seres vivos, acima de qualquer outra questão”.

Essa é uma reivindicação explícita da ordem social capitalista vigente, sem deixar nenhuma margem para dúvidas. Estrutura essa que caracteriza o Chile como uma semicolônia do capital financeiro, portanto, um país atrasado. A Lista propõe que haja “padrões políticos”, que correspondam às transformações que estejam à altura dessas transformações.

No entanto, isso é o contrário do que a maioria oprimida exige: acabar com todas essas transformações. As forças produtivas só poderão ser desbloqueadas quando se acabar com o dique que as contém, que é a propriedade privada dos meios de produção.

Diz também: “a Nova Constituição é o ponto de partida para forjar um novo pacto social, que nos permita avançar, em unidade, em direção ao futuro. Precisamos de uma república inclusiva, que resolva os vícios da discriminação de gênero, seja imigrante ou pobre, caminhando para mecanismos de inclusão positiva”.

Não há dúvida de que sua proposta é a do pacto social com a burguesia, com o imperialismo, de unidade nacional, sob a direção do grande capital. Repetimos: os interesses do grande capital nacional e multinacional são antagônicos e irreconciliáveis com os da maioria oprimida. Tentar conciliá-los é uma utopia reacionária. Não há nada que pactuar com a direita, com o grande capital, ou são eles, ou nós.

Para que não haja dúvida sobre a defesa do Estado burguês, basta ver esta frase: “Da mesma forma, é necessária uma República que supere as deficiências do atual Estado unitário centralizado e discriminador, sob mecanismos que incorporem as regiões e os povos originários. Essa tarefa começa com o reconhecimento do nosso defeito, que é o de ser um país racista e classista, característica social que deve ser combatida e superada”.

O pressuposto da Lista se opõe, em todos os seus pontos, à teoria marxista do Estado, como instrumento de opressão da maioria pela minoria. O Estado tem um caráter de classe, que só pode ser mudado por meio da revolução social. O marxismo encerrou essa discussão há mais de um século. Não é possível uma transformação pacífica do Estado, para colocá-lo a serviço da maioria. Nota-se que o objetivo deste documento de “princípios” da Lista visa a combater a posição marxista. Está aí a importância deste documento programático.

Em uma entrevista para o jornal La Tercera, Francisco Camaño, engenheiro em administração de empresas, e candidato mais votado da Lista, afirmou: “No Chile, mesmo que queiramos eliminar o sistema neoliberal capitalista, será um processo gradual, que deve ser realizado de forma progressiva, e aqueles que estão no poder econômico e político do país têm de ir cedendo. A classe política, junto com o grande capital do país, sempre governou. Esta é uma questão de quanto eles vão ceder, e quanto vamos dar. Temos de avaliar isto pela estabilidade do país, uma vez que continuamos sendo um dos países mais estáveis, embora o sistema não vá mais além. Eles têm de deixar de ser tão egoístas”.

Essa é uma reafirmação clara da política de convivência e conciliação da Lista do Povo.

Quando se refere à autonomia das regiões, o documento assinala que se “fortaleça, ao mesmo tempo, o Estado do Chile”. Uma definição clara, que deixa de lado o tal do caráter plurinacional, que apregoa em outros pontos.

Sobre seu “modelo” capitalista”

“... Não há contradição entre o mercado e o Estado, ambos são pilares do desenvolvimento, porém, o abuso dos oligopólios e monopólios, as penumbras do mercado, e a inexatidão das leis e teorias econômicas, que se sustentam na base de crenças inaceitáveis, tais como o egoísmo humano, e a mão invisível, nos indicam que não se justifica socialmente uma defesa dogmática do mercado e da concorrência. O mercado deve ser compreendido apenas como mais um dos instrumentos que operam na atividade econômica”.

“Concebemos um modelo de desenvolvimento que supere as injustiças da concentração do poder econômico, e que aspire superar o teto de crescimento, que nos impede avançar na geração de valor agregado. Devemos aspirar um fortalecimento da produtividade, muito além da tradicional exploração de nossos recursos naturais. Consideramos que a ciência econômica deve focar-se em determinar como avançamos em direção a um modelo econômico que supere a atual questão social, e coloque o trabalho humano no centro, como o grande produtor de riquezas e, portanto, como o primeiro a se beneficiar: necessitamos de uma nova economia e uma nova ciência econômica”.

“Essa nova economia deve ser executada, sempre pensando na diminuição do impacto negativo sobre a natureza e o ser humano... Esta nova economia social deve antecipar as consequências negativas para o trabalho, que a revolução tecnológica trouxe. Diante da automação e da robótica dos processos produtivos, comerciais e financeiros, deve estar comprometida com a mudança e adaptação cultural, que as pessoas começam a experimentar, diante da denominada ‘quarta revolução industrial’”.

“O Estado e a sociedade devem arcar com os custos do desemprego, que acarretará a substituição de mão-de-obra, como consequência dessas transformações...”

Essas concepções sobre “a nova economia” pertencem à burguesia, e são completamente alheias aos oprimidos. Defendem a exploração do trabalho.

Não queremos acabar com os abusos, queremos acabar com os monopólios e oligopólios que os originaram. Queremos acabar com as injustiças da concentração do poder econômico, acabando com esse poder econômico. Queremos estatizar, sem indenização, as minas, os campos, os bancos, o comércio exterior, as águas, os rios, o mar, as florestas, etc. Queremos transformar a grande propriedade em propriedade social, para planejar a economia, para colocá-la a serviço dos trabalhadores. Queremos recuperar os AFPs, para colocá-los sob nosso controle.

Nossa reivindicação é a de distribuir o trabalho disponível entre todos os trabalhadores, sem redução do salário. Essa é a resposta às demissões em massa, à precarização do trabalho. Como é possível que correntes que se reivindicam de esquerda façam parte da Lista? Até onde chega sua submissão ideológica ao capital? Quanta miséria política! E tudo em nome da revolta de 2019.

Esses “princípios” são uma ponte para a aliança com os partidos da burguesia e o estalinismo, que podem assinar de olhos fechados essa declaração. Não querem compreender que a reivindicação da maioria oprimida é a de acabar com o pinochetismo, demoli-lo até seus alicerces.

Política Internacional de submissão ao imperialismo

“As relações internacionais dos governos devem inspirar-se na concepção do Estado do Chile como arquiteto e promotor da paz regional, continental e mundial. Um Estado que privilegia a diplomacia, e fortaleça a institucionalidade democrática internacional,

e proteja os direitos humanos”.

Desconhecem que a base da violência é a opressão imperialista. Que devemos exigir a retirada de todas as bases militares estrangeiras de nossos territórios. Que é preciso romper todos os acordos militares com as potências imperialistas. Que nos solidarizamos com todas as lutas dos povos pela sua libertação. Essa declaração de princípios da Lista mantém o *status quo* atual. A impotência das instituições, que não podem frear o terrorismo militar das grandes potências. O Chile deve romper acordos com a OCDE e TPP, que condicionam suas políticas econômicas.

Defesa das Forças Armadas

A primeira coisa a ser dita é que somos favoráveis ao julgamento de todos os responsáveis pelos crimes contra o povo. Nenhum crime pode ficar impune. Não é uma questão menor. O regime de Pinochet se sustentou e se sustenta neste braço armado, eles são a ditadura do capital, a garantia última do Estado burguês. É um idealismo reacionário, supor que, sem tocar no poder econômico de seus mandantes, as Forças Armadas poderão ser transformadas. Não existe cultura democrática em regime de ditadura civil. Eles são o braço armado do imperialismo.

Diz a declaração: “As Forças Armadas devem contribuir para o fortalecimento da cultura democrática e dos direitos humanos, que devem inspirar toda a atividade do Estado, o que implica uma profunda revisão da doutrina da segurança nacional, por seu caráter antidemocrático; e sua substituição por uma concepção coerente com os valores democráticos da sociedade civil”.

Seguindo a linha de fortalecimento do Estado burguês, propõem que “as forças da ordem e de Segurança sejam reorganizadas, de forma que a sociedade civil as reconheça como legítimo braço armado do estado de Direito, respeitadas dos direitos civis e políticos da população, bem como instituições eficazes e respeitadas no combate às novas formas de criminalidade, que ameaçam destruir a família, os bens públicos e privados, a paz e a segurança da vida cotidiana”.

Rechaçamos qualquer ideia de que as forças repressivas possam ser reformadas por meio de leis ou Constituições. É pura ilusão reformista.

A família do trabalhador é destruída, antes de mais nada, pelo capitalismo, pela pobreza, pelo desemprego, pela fome, pelos baixos salários e miseráveis pensões, pela violência do Estado e dos patrões. O discurso do documento parece mais de um Estado policial do que o de um democrata. Nem mesmo reconhece a base social da criminalidade que pretende combater.

A declaração afirma: “Um Estado ativo e forte só é legítimo se a cidadania vivenciar sua atuação como uma contribuição eficiente e efetiva para o trabalho da sociedade civil”. Parece mentira que esquerdistas ou ex-trotskistas possam defender essas posições.

Não se defende um sistema único, público e gratuito de educação, desde a infância até a universidade. Tampouco se declara a favor de um único sistema de saúde e a recuperação das AFPs pelo Estado, sob o controle dos trabalhadores.

É tedioso reproduzir todas as suas posições, mas é inevitável, devido ao ocultamento e deformação que se faz, em particular pelas correntes de esquerda, que se entusiasma com este tipo de experiências reacionárias.

A única política que objetivamente rompe com o pinochetismo, com sua base material e cimentos jurídicos, é a política da classe operária, que se expressa no trabalho realizado pelo Comitê Construtor do POR no Chile, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui).

Lasso assume a presidência

O novo governo é a criatura política da desagregação do nacional-reformismo

Em 24 de maio, assumiu Guillermo Lasso, como presidente do Equador. Venceu com 52,8% dos votos, contra 47,5% do candidato Andrés Aráuz, afilhado do ex-presidente Rafael Correa.

Lasso foi presidente da Associação de Companhias Financeiras do Equador, e vice-presidente da Associação de Bancos Privados do Equador. Trata-se de um representante orgânico da burguesia semi-colonial. O programa de governo está orientado a continuar a linha das contrarreformas e ajustes, reforçar as alianças políticas com governos direitistas do continente, e reatar laços mais estreitos com o imperialismo norte-americano - plano esse iniciado pelo ex-presidente, Lênin Moreno.

Na posse de Lasso, tiveram participação destacada, representantes dos Estados Unidos, o presidente da Colômbia (Iván Duque) e do Brasil (Jair Bolsonaro). Também Leopoldo López, do partido Primeiro Justiça, partido venezuelano no qual milita Juan Guaidó, que organizou os protestos da direita, as medidas intervencionistas e as tentativas golpistas contra Maduro, nos últimos anos. Esse seletivo grupo de direita pró-imperialista deu bem a medida do que será o governo do capitalista Lasso.

O plano de governo e os representantes destacados na posse deram uma clara mensagem de ruptura com os governos nacional-reformistas, ainda em pé (Argentina, Venezuela e Bolívia), e de integração das tendências reacionárias da política burguesa na América Latina.

A vitória da reação frustrou as pretensões do correísmo (UNES), de aproveitar a impopularidade de seu ex-filiado Moreno - que enfrentou uma revolta popular em fins de 2019 - para retornar ao poder de Estado. Destaca ainda o fato do partido Pachakutik (indígena), que liderou os protestos de outubro e novembro de 2019, se colocar como base parlamentar do governo de Lasso.

O nacional-reformismo demonstrou-se esgotado. É um claro sintoma da incapacidade do nacional-reformismo de superar o atraso, romper com a opressão nacional, democratizar o Estado e transformar o capitalismo com medidas assistencialistas e reformas ultralimitadas. Os nacional-reformistas, devido à sua impotência, nas condi-



ções de desintegração do capitalismo, acabam servindo de bloqueio às tendências de luta das massas. Foram responsáveis pela abertura de passagem aos governos reacionários e fascizantes. O governo de Evo Morales, na Bolívia, acabou abandonando a presidência, pressionado pela revolta de uma importante parcela das massas pequeno-burguesas. No Brasil, um golpe de Estado institucional derrubou o governo de Dilma Rousseff. Esse percurso, no Equador, surgiu no seio do organismo político decomposto do nacional-reformismo, quando da eleição de Lênin Moreno. Esse assumiu o programa das contrarreformas antinacionais e antipopulares, permitindo desse modo uma transição ordeira do poder ao banqueiro Lasso.

Está aí o resultado da incapacidade do levante operário e popular de 2019 abrir caminho à luta revolucionária das massas. A ausência da direção revolucionária impediu que as tendências insubmissivas e radicalizadas de luta se expressassem em um programa e uma estratégia própria de poder. Finalmente, se impôs um refluxo, e se fortaleceram as ilusões democrático-burguesas.

Toda e cada experiência das massas com o nacional-reformismo, em qualquer país do continente, deve servir à vanguarda com consciência de classe, para ajudar os explorados a se libertarem da política de conciliação de classes, que acaba servindo de sustentação da governabilidade burguesa, inclusive da direita e ultradireita, que passam à ofensiva contra as massas. Daí a importância da luta por abrir caminho à recuperação das forças operárias e populares, e desenvolver os métodos da luta de classes. A conquista da independência política do proletariado exige empunhar o programa da revolução e ditadura proletárias, e construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas.

Nicarágua

DECOMPOSIÇÃO DO REGIME SANDINISTA

As eleições gerais no país foram convocadas para novembro. Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), concorrerá pela quinta vez consecutiva.

O ex-guerrilheiro manteve uma elevada influência entre as massas, durante décadas, por seu papel de dirigente na Revolução Sandinista de 1979, que derrubou a ditadura de Anastasio Somoza, e por chefiar um governo que favoreceu, no passado, a estatização de setores da indústria, distribuiu terras entre o campesinato, e possibilitou conquistas salariais e trabalhistas. As poucas conquistas da revolução sandinista foram, no entanto, sendo sabotadas e destruídas pela pressão da oligarquia agrária e pelo imperialismo. O governo pequeno burguês de Ortega acabou se voltando contra os interesses elementares dos explorados. Chegou ao ponto em que a maioria rejeita sua permanência no poder. Os explorados responsabilizam o governo sandinista

de destruir direitos, rebaixar os salários, e potencializar a fome. O levante popular de abril de 2018 demonstrou que as massas estavam dispostas a enfrentar o nacional-reformismo degenerado, que avançava pela trilha das contrarreformas e do desmonte das conquistas democráticas da Revolução Sandinista.

A mudança nas relações entre as massas e o governo de Ortega insuflou setores da burguesia nacional a romper sua aliança com o governo, e se apoiar no imperialismo para impor uma saída negociada, que favorecesse a ascensão ao poder de um governo abertamente pró-imperialista. A brutal repressão (300 assassinados), milhares de presos, perseguição de opositores e expurgos no interior do FSLN mostraram que Ortega decidia se manter no poder a todo custo. O que exigia reverter as tendências que indicavam que a oposição ganharia claramente as eleições.

O governo decidiu dissolver a oposição eleitoral e, dessa for-

ma, evitar a confluência do descontentamento das massas com uma legenda oposicionista capaz de ganhar as eleições. Quatro pré-candidatos foram presos em uma semana, bem como juízes, dirigentes sociais, e até ex-comandantes e dirigentes do FSLN que contestavam as tendências autocráticas de Ortega. Sem base social capaz de lhe garantir uma vitória eleitoral e se mobilizar contra o intervencionismo imperialista, resta a Ortega apenas recorrer ao aparelho repressivo, para garantir a sobrevivência de seu governo que, de popular, se transformou em antipopular.

A ausência do proletariado, organizado como força social in-

dependente, e intervindo na crise com seu programa e métodos de luta próprios, impedem superar o governo esgotado, derrotar as manobras do imperialismo e da reação interna. O que exige avançar contra a grande propriedade privada dos meios de produção e o domínio imperialista. É cumprindo a tarefa de superar a crise de direção revolucionária, construindo o partido marxista-leninista-trotskista, que o proletariado e demais oprimidos avançarão pelo caminho da completa e verdadeira libertação do país da opressão social e nacional, sob o programa e estratégia da revolução e ditadura proletária.

Haiti

Assassinato do presidente expõe a decomposição social e política do país

Em 6 de julho, em uma operação, foi assassinado o presidente do Haiti, Jovenel Moise. O primeiro-ministro interino, Claude Joseph, decretou Estado de sítio. A Polícia Nacional abateu quatro suspeitos, e deteve outros dois. Fala-se da ação de forças estrangeiras, visando a desestabilizar o país.

Moise se elevou ao poder apoiado na fração exportadora da burguesia haitiana, ligada aos monopólios e governos norte-americanos. Foram essas forças que o levaram à presidência, aprovando uma Reforma Eleitoral, que barrou a participação da oposição. Logo, iniciou uma série de contrarreformas antinacionais e antipopulares, ditadas pelo imperialismo. Medidas que levaram a revoltas populares, durante todo o ano de 2020. Para se manter no poder, após vencer seu mandato em 2021, recorreu à dissolução do Congresso, passando a governar por decreto. O que o colocou em conflito, não apenas com as massas, mas também com as frações da oligarquia burguesa haitiana, deslocadas do aparelho estatal.

A imprensa imperialista estabeleceu a tese de um “Estado falido”, como expressão da incapacidade do povo haitiano de construir uma República firme e uma democracia ampla. Oculta-se, assim, seu caráter de país semicolonial, oprimido pelo imperialismo, que determina qual a ajuda humanitária, a quais objetivos se orienta, e qual o presidente a tomar posse. O raquitismo das forças produtivas e a concentração das rendas pelas exportações por uma minoria burguesa fazem, dos fundos internacionais de “ajudas humanitárias”, motivo das disputas intestinas em torno ao parasitismo do Estado. O assassinato de Moise configurou uma retaliação de gangues políticas e frações burguesas, deslocadas e vedadas ao acesso dos recursos do Estado.

Isto se passa por cima das condições de profundo atraso nacional e destruição das condições de vida das massas, que estão na base dos levantes dos explorados dos últimos anos. A expe-

riência demonstra às massas que, entra governo, sai governo, e nada melhora para suas vidas, continua a vigorar a opressão imperialista, e permanece o saque dos monopólios e seus aliados internos sobre o país. Está aí por que a verdadeira “reconstrução” do país iniciará com a luta contra o intervencionismo dos Estados Unidos, ruptura com o imperialismo de conjunto, e a expulsão da oligarquia burguesa do poder.

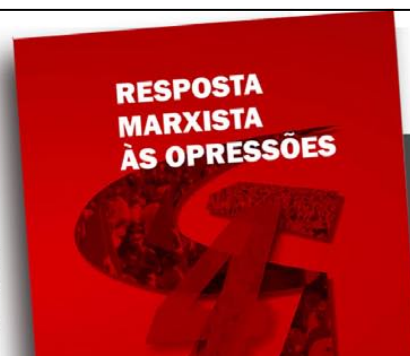
Ex-colônia francesa, independente desde 1804, produto de uma revolta dos escravos negros contra os latifundiários escravocratas franceses, o Haiti é o país mais pobre do Hemisfério Ocidental. A derrota das forças francesas, e depois das espanholas, que lutavam para retomar o controle colonial do país, levou o imperialismo a esmagar a revolução. A França, após sua expulsão, impôs ao Haiti uma indenização anual pelas perdas. Posteriormente, seriam os Estados Unidos que bloqueariam todo desenvolvimento industrial e comercial do Haiti, visando a ampliar seu controle sobre as Antilhas. A opressão imperialista é responsável, em grande medida, pelas condições de profundo atraso econômico e penúria das massas. Nesse longo processo de dominação e saque, fracassaram as tentativas de constituir um partido revolucionário.

Nos levantes, se forjará a vanguarda que poderá constituir uma direção revolucionária e edificar o programa da revolução proletária, capaz de transformar a revolta permanente das massas diante dos governos antinacionais e antipopulares que se sucedem. A expulsão do imperialismo e a independência nacional são necessárias, para que se iniciem profundas transformações na base econômica do país. Somente um governo operário e camponês poderá resolver as tarefas democráticas pendentes no Haiti, e abrir caminho ao desenvolvimento das forças produtivas industriais.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Peru: Um novo governo burguês

Os oprimidos devem lutar pelo seu próprio governo, operário e camponês

Pedro Castillo (Peru Livre), com 50,2% dos votos, venceu as eleições, com uma diferença de apenas 71 mil votos. Keiko Fujimori (Força Popular) obteve 49,8%. Dos 26.284.987 habilitados a votar, 8 milhões se abstiveram (30%).

Fujimori contestou os resultados, denunciando fraude. Segundo o Escritório Nacional de Processos Eleitorais (ONPE), apenas 500 votos foram contestados, e mil atas questionadas. Porém, a Força Popular apresentou à Junta Nacional de Eleições (JNE) um recurso, para anular 802 mesas eleitorais. São 500 mil votos (particularmente das regiões rurais, onde Castillo obteve ampla maioria), que poderiam ser revisados.

A ultradireita professa um profundo desprezo de classe, e alimenta a discriminação racial ao camponês. A contestação objetiva impedir a chegada à presidência de um elemento estranho às forças políticas orgânicas da classe dominante. A burguesia não aceita que um “comunista”, que deseja “transformar o país em uma nova Venezuela”, e pretende “acabar com a propriedade privada”, ocupe a presidência do Peru. A candidata derrotada contou com o apoio da burguesia, dos latifundiários e do imperialismo. A divisão eleitoral da população e o alto índice de abstenção expuseram a fratura e decomposição da política burguesa peruana.

Castillo prometeu respeitar a ordem democrática e jurídica. A burguesia e a oligarquia latifundiária são incapazes de aceitar que um representante da classe camponesa indígena exerça a presidência do país, função reservada a um seletivo grupo de brancos ou mestiços aburguesados. Ao contrário, uma ampla parcela da juventude proletária e das massas índias e camponesas depositam fortes ilusões no dirigente mestiço e sindicalista, que consideram uma expressão genuína dos interesses da população pobre e miserável. São essas relações entre classes que se manifestam na ascensão eleitoral de Castillo, e na violenta ofensiva da reação burguesa contra o candidato estupidamente vilipendiado como “comunista”. O que se refletiu concretamente na polarização política entre as capitais (com ampla vitória fujimorista) e o interior (com amplo apoio a Castillo), traçando eleitoralmente os antagonismos sociais, nacionais e étnicos, que estão na base da estruturação histórica do país.

Essa polarização eleitoral não é um fenômeno novo na América Latina. Bolívia, Equador, Venezuela são exemplares, nesse sentido.

É bom frisar que Castillo começou sua campanha com um discurso radicalizado: propôs abolir o Tribunal Constitucional, aprovar uma nova lei de Comunicação, nacionalizar a indústria de petróleo e gás, aumentar salários, e impulsionar uma reforma agrária “radical e definitiva”. Forjou, assim, sua ascendência eleitoral entre os oprimidos. O que lhe permitiu, no primeiro turno, se colocar como candidato mais votado. Na campanha para segundo turno, o autoproclamado “marxista-leninista-mariateguista” – em referência a José Carlos Mariátegui – adotou um discurso francamente conciliador. Acenou à burguesia e ao imperialismo que, de fato, não tinha pretensão de exercer um governo estatizante. Sem abandonar, contudo, a retórica reformista, que lhe outorgou uma ascendência eleitoral entre as massas.

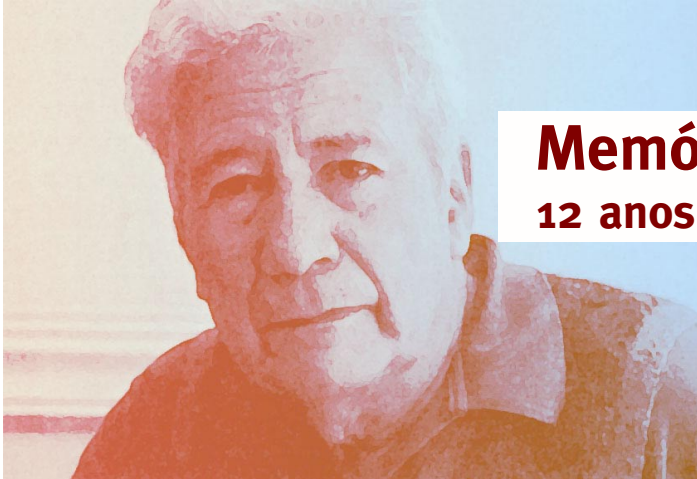
A melhor forma de Pedro Castillo pedir um voto de confiança aos capitalistas foi a aceitação de assinar, juntamente com Keiko, a

“Proclama Cidadã”, dias antes do segundo turno. Comprometeu-se em defender a “ordem democrática” e os direitos humanos, respeitar a “liberdade de imprensa” e a “livre associação” sindical, bem como não revogar os “tratados internacionais”, e respeitar às Forças Armadas, e realizar uma “transição pacífica” do poder, no final de seus mandatos. A “Proclama Cidadã” não comprometia em nada a candidatura ultradireitista. A experiência demonstrou seu lugar de agente do capital contra o trabalho.

A atitude servil de Castillo lembrou a de Lula, quando assinou a “Carta ao Povo Brasileiro”, em junho de 2002. Jurou respeitar a propriedade privada dos capitalistas, defender os acordos internacionais, e respeitar a ordem burguesa. O governo petista cumpriu à risca o seu compromisso pró-capitalista e pró-imperialista. A diferença está em que, agora, distintamente de dezenove anos atrás, a situação mundial é muito mais grave. A Pandemia se encarregou de potencializar as contradições do capitalismo. Os países semicoloniais estão arcando com o maior peso da decomposição do capitalismo. As massas peruanas, em particular, passam por um rigoroso flagelo. Terão de ir à luta. Castillo não terá como escapar à revolta dos explorados do campo e da cidade. Logo, os camponeses, a classe operária e as camadas arruinadas da classe média verão que o novo presidente não poderá cumprir sua limitada promessa eleitoral, que se resume a: 1) promover a distribuição gratuita de oxigênio medicinal, ampliar a quantidade de leitos de UTI, e garantir a vacinação universal e gratuita, priorizando professores; 2) lançar programas de empregos e apoio à “economia popular”, por meio de investimentos públicos e fomento do “compre nacional”; 3) subsidiar os serviços básicos de pobres e miseráveis; 4) oferecer créditos acessíveis aos pequenos camponeses, e expropriar (com indenização) terras improdutivas dos latifundiários; 5) diminuir a importação de alimentos, por meio da “diversificação” produtiva, baseada na agricultura familiar e comunitária; 6) adotar os “impostos progressivos” às empresas com lucros extraordinários; 7) realizar um referendun popular constituinte, objetivando redigir uma Nova Constituição; 8) negociar uma reforma fiscal.

Essas medidas capitalistas limitadas nada têm a ver com o palavrão de “Estado Socialista”, manejado no primeiro turno. Não serão cumpridas, uma vez que Castillo terá imediatamente de demonstrar ao imperialismo como honrará a dívida pública. E de responder as exigências da oligarquia peruana, de proteger seus negócios nas condições de agravamento da crise econômica e de potenciação da luta de classes.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de trabalhar a fundo e sistematicamente para construir o partido marxista-leninista-trotskista no Peru. A experiência com o governo de Castillo, caso consiga tomar posse, ajudará a dar passos nesse sentido, desde que os revolucionários se dediquem a elaborar o programa da revolução proletária, aplicando, nas condições particulares do país, o Programa de Transição da IV Internacional. É o que estamos fazendo com o máximo de empenho no Brasil. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV internacional é um meio para que se cumpra o objetivo de superar a crise de direção revolucionária.



Memória eterna a Guillermo Lora 12 anos de sua morte

Todos os anos, aproveitamos a data de 17 de maio de 2009, para ressaltar a importância do dirigente do Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia, e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). O trabalho de construção do POR no Brasil comprovou a importância e o dever dos marxistas, de não perderem a oportunidade das datas que referenciam a atividade dos revolucionários que já não estão entre nós, e os acontecimentos de grande importância da luta de classes e das conquistas do socialismo científico. A vida dos lutadores, em particular a dos marxistas, está fundida com seu trabalho sistemático junto ao proletariado, com a dedicação ao partido, e com as preciosas contribuições à edificação da teoria e do programa da revolução social.

Lembramos o falecimento de Lora, nestes 12 anos, depois de encerrarmos a campanha em torno aos 150 anos da Comuna de Paris, que, por sua vez, foi precedida pela campanha dos 102 anos da fundação da III Internacional. Constatamos que, em cada campanha, o POR assimila, reivindica e incorpora as conquistas deixadas pelos marxistas e pelas revoluções.

Guillermo Lora – como Marx, Engels, Lênin, Trotsky e outros revolucionários – contribuiu para o avanço e a afirmação da compreensão das leis da história, que estiveram na base das grandes transformações, e que mantêm a sua vigência na luta do proletariado pela sociedade sem classes, pelo comunismo. Lora conquistou um lugar ao lado dos mais avançados cérebros do socialismo científico. Guarda a particularidade de não ter nascido na Europa, berço do capitalismo, da evolução da classe operária, e da primeira revolução proletária vitoriosa – a Revolução Russa. Essa particularidade reforça a figura do revolucionário boliviano. Indica o tamanho do esforço prático e da disciplina intelectual, para se formar como marxista-leninista-trotskista, no dia a dia da tarefa de construir o POR, e dirigi-lo no mar revolto da luta de classes na Bolívia, na América Latina e no mundo.

Sua estatura marxista está vinculada ao operariado mineiro, à resposta partidária ao massacre de Catavi, às Teses de Pulacayo, ao bloco parlamentar mineiro, ao levante de 1946, à Revolução de 1952, à Assembleia Popular de 1971, à resposta ao golpe fascista do general Banzer, à desintegração da IV Internacional nos anos de 1950 e 1960, e ao trabalho de constituição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Em especial, está vinculado ao nascimento e consolidação do Partido Operário Revolucionário no Brasil. Esse é, para nós, um reconhecimento de inestimável valor.

A experiência com a unidade dialética entre a teoria e a prática do internacionalismo marxista, realizada por nossa organização com as discussões, elaboração coletiva, aplicação das diretrizes e realização do centralismo democrático, no marco do Comitê de Enlace, marcou profundamente o nosso esforço de elaborar o programa, e cuidar com zelo o método leninista de construção e funcionamento do POR. Vivenciamos, durante anos de militância no seio do Comitê de Enlace e na participação da vida interna do POR boliviano (Congressos, Conferências, formação na Universidade Popular e manifestações na sede do sindicato de professores de La Paz – a Casa do Mestre), o empenho incansável de Lora, de elevar os poristas à teoria marxista da revolução proletária e do internacionalismo comunista. Vivenciamos e participamos das divergências internas, situações em que transparecem o método, a organização, a severidade e a disciplina de ideias próprias de um partido leninista.

Pudemos observar que, comparativamente, o POR do Brasil, seção do Comitê de Enlace, por seu caráter embrionário, estava longe da maturidade do POR da Bolívia. Mas, Lora nunca se descurou de nossas debilidades e de nos demonstrar que o partido é o programa, e, com ele, o método marxista, que se diferencia e se opõe completamente aos métodos pequeno-burgueses, anti-marxistas, de funcionamento partidário e intervenção na luta de classes. O centrismo veste a roupa do marxismo, e passa por revolucionário, até que se revela impotente diante dos duros embates entre o proletariado e a burguesia, até que se mostre em posição oposta à estratégia da revolução proletária e, em matéria organizativa, expõe o oportunismo.

Observamos e constatamos a escassa importância da esquerda centrista na luta de classes da Bolívia, enquanto pululam, principalmente, no Brasil e Argentina. Os revisionistas do marxismo-leninismo-trotskismo se estilçaram em várias correntes centristas. A tentativa de constituir uma de suas variantes, que levaram à liquidação organizativa da IV Internacional entre 1950 e 1960, chefiada por Michel Pablo e Ernest Mandel, se deu por meio da formação de uma fração pablista no POR, no seu X Congresso, em junho de 1953. O embate em torno ao balanço da Revolução de 1952, e às diretrizes para a situação posterior, concluiu com a cisão definitiva no XIII Congresso, em maio de 1956. Lora e seus camaradas, que se alinharam na Fração Operária Leninista, ficaram em minoria, diante da Fração Proletária Internacionalista, francamente pablista. A frustrada tentativa de unificação, em meados de 1960, evidenciou definitivamente que os revisionistas das teses da Oposição de Esquerda Internacional e do Programa de Transição da IV Internacional haviam capitulado, diante do estalinismo, que saiu momentaneamente fortalecido da Segunda Guerra Mundial. O que levou os pablistas a se adaptarem ao nacionalismo burguês nas semicolônias, e a se juntarem ao movimento foquista castro-guevarista, na América Latina.

O POR, que saiu organizativamente debilitado da cisão, forta-

leceu-se em suas posições históricas, teóricas e programáticas. A comprovação de suas análises, de que o nacionalismo burguês concluiria submetido ao imperialismo, e de que os erros da orientação foquista guevarista expressavam o desespero pequeno-burguês, enterraria o pablismo na Bolívia.

Essa dilacerante e dolorosa experiência, entre 1950 e 1960, temperou o marxismo-leninismo-trotskismo, encarnado pela direção do POR. Permitiu que Guillermo Lora expressasse o programa da revolução e ditadura proletárias no seio da Assembleia Popular, em 1971, e lutasse para que a forma soviética, que tomava corpo em meio às massas em luta, se potenciase como órgão de poder de um governo operário e camponês. As Teses de Pulacayo, que determinavam a estratégia e a tática do proletariado, se reerguiam objetivamente, e eram encarnadas subjetivamente pelo POR, na luta contra a reação burguesa, e no enfrentamento aos nacionalistas e reformistas, para que não degenerassem a Assembleia Popular, transformando-a em um órgão impotente da inviável democracia burguesa. Os pablistas-mandelistas do Secretariado Unificado (SU) ficaram à margem da Assembleia Popular, exortando a revolução pela via do foquismo, concebido e praticado equivocadamente por Ernesto Guevara.

A Assembleia Popular foi esmagada pela contrarrevolução, em agosto de 1971. O general Hugo Banzer desfechou o golpe militar fascista. Observa-se que, de 1946 a 1971, transcorreu um período heroico da luta de classes, protagonizada pelo proletariado mineiro e pelos levantes camponeses. É nessa caldeira que se forjou o POR, e Lora ganhou estatura de um sólido revolucionário, que assimilava freneticamente as experiências das revoluções e, assim, sobretudo, enraizava o marxismo-leninismo-trotskismo na Bolívia, e, deste país de capitalismo tão atrasado, para a América Latina.

Chegamos ao ponto essencial de nosso reconhecimento do trabalho sistemático e perseverante de Lora em conduzir o POR pelo caminho da revolução proletária e do internacionalismo comunista. De passagem, lembramos que o peruano José Carlos Mariategui (1894-1930) é considerado como o mais importante introdutor do marxismo no continente latino-americano, principalmente com os “Sete ensaios sobre a realidade peruana”, de 1928. Suas limitações foram suficientemente estudadas.

Não chegou a se constituir em marxista pleno. É importante a sua referência, porque o marxismo na América Latina foi desenvolvido, em todos os seus fundamentos teóricos e programáticos, por Guillermo Lora, como continuidade do leninismo-trotskismo. Os abundantes escritos do dirigente porista guardam vigência, e são imprescindíveis para a vanguarda revolucionária lutar pela superação da crise de direção. Também de passagem é bom assinalar que escritores, como Vittorio Codovilla, italiano radicado na Argentina (1894-1970), e Rodolfo Ghioldi (1897-1985), fundadores do Partido Comunista Argentino, se perderam ao combater o trotskismo, evidenciando que o estalinismo não guarda nem sombra do marxismo-leninismo. Os escritores centristas e oportunistas, como Nahuel Moreno, tão somente contribuíram para revisar as posições da IV Internacional, e deformar o trotskismo.

O POR boliviano e a abundante obra de Lora se ergueram como uma muralha, contra a qual se estilhaçam os impostores

e traidores do marxismo-leninismo-trotskismo. As condições históricas do capitalismo em desintegração, e a restauração capitalista – que desmoronou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, destruiu as conquistas da Revolução Chinesa, e vem sabotando a Revolução Cubana – impõem aos marxistas, que lutam pela superação da crise de direção, o estudo, a assimilação e o reconhecimento dos avanços obtidos pelo POR boliviano.

O Comitê de Enlace não tem como romper a camisa de força do isolamento, sem que se coloque disciplinadamente essa tarefa. É parte do aprendizado do marxismo, leninismo e trotskismo, a compreensão e a aplicação dos ensinamentos que percorrem os escritos de Lora. A edição de suas Obras Completas, que reflete um esforço sobre-humano, facilitou o acesso e o estudo sistemático das conquistas do marxismo na América Latina.

Os centristas, em particular, uma vez que o estalinismo se conformou como expressão burguesa, insiste em negar, deformar e mesmo deturpar o POR boliviano. Não se cansam e não se envergonham de repetir a cantilena de que o POR foi responsável pelo proletariado, representado na COB, não ter tomado o poder em 1952. Não dedicam uma linha para analisar as explicações e fundamentações históricas dos acontecimentos, que levaram a revolução a concluir com a constituição do governo nacionalista do MNR. Distorcem com meias palavras, e as espalham como um carimbo de condenação eterna do POR. Assim, as distintas variantes do centrismo, que se formaram com a desintegração da IV Internacional,

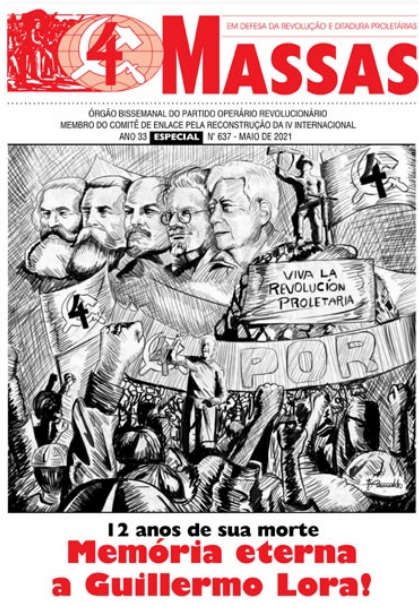
se unem em uma cruzada perene contra o marxismo-leninismo-trotskismo, que vicejou no pequeno país andino, e do qual o internacionalismo proletário de nossos dias depende, para recuperar o terreno perdido para contrarrevolução.

O destino do estalinismo foi selado com a liquidação da III Internacional e, mais recentemente, com o triunfo final da restauração capitalista contra a revolução proletária de Outubro de 1917. O destino das esquerdas centristas vem sendo selado pela oposição sem princípios ao POR, e pela negação sistemática de constituir o partido sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Estamos em meio a uma das maiores crises do capitalismo do pós-guerra. As massas pagam caro pela impossibilidade da burguesia de protegê-las do flagelo da Pan-

demia, e pelo desmoronamento mundial da economia. A barbárie avança, sem encontrar um poderoso obstáculo, que é o proletariado mundial organizado em sua Internacional. A burguesia monopolista e os Estados imperialistas aproveitam para travar a guerra comercial, e subjugar ainda mais as semicolônias. A crise de direção vem à tona, como uma erupção vulcânica. E, com ela, a impotência do centrismo e do reformismo. O Comitê de Enlace tem o dever de erguer alto a bandeira de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. E trabalhar coletiva e centralizadamente, como única forma de enfrentar as debilidades organizativas e de formação de quadros. Temos a mais poderosa arma, que é a teoria e o programa, pelos quais Lora tanto trabalhou.

*Memória eterna ao camarada Guillermo Lora!
Camaradas, um verdadeiro revolucionário cumpre
a sua parte, cabe-nos cumprir a nossa!*



86 anos da fundação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

(junho de 1935 - junho de 2021)

Realizado no dia 26 de junho, pelo POR da Bolívia, o ato político

O ato presencial no Sindicato dos Professores, em La Paz, foi transmitido por meio de uma live, que possibilitou a participação das seções brasileira, argentina e chilena do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). Em seguida aos pronunciamentos dos representantes do Brasil, Argentina e Chile, Miguel Lora fez uma exposição cronológica dos 86 anos do POR, destacando suas fases de construção e os pontos altos da luta de classes na Bolívia, que permitiram ao partido desenvolver o programa da revolução proletária e se temperar como organização marxista-leninista-trotskista. O ato foi concluído com o pronunciamento do Secretário-Geral, Afonso Velarde, que destacou o lugar do POR nas condições de desintegração do capitalismo e de amadurecimento objetivo das condições históricas para a revolução proletária.

Os 86 anos de luta pela emancipação da classe operária e da maioria oprimida do jugo dos exploradores e libertação da nação oprimida do domínio imperialista tornaram o POR uma fortaleza capaz de dirigir a revolução proletária na Bolívia e projetar o internacionalismo proletário na América Latina e nos demais continentes.

Aproveitamos esse momento para fazer nosso reconhecimento sobre a influência do marxismo-leninismo-trotskismo, encarnada pelo POR boliviano, na construção do POR do Brasil e na do Comitê de Enlace. O pronunciamento inicial do Comitê de Enlace coube a Atílio de Castro, Secretário-Geral da seção brasileira. O breve espaço de tempo foi utilizado para enfatizar a luta do POR pelo internacionalismo proletário e, como tal, pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O camarada Ramon Basko, do POR da Argentina, evidenciou a profunda desintegração do capitalismo, o avanço da barbárie, os fundamentos do programa proletário e as tarefas do momento, sob o impacto mundial da pandemia e da incapacidade da burguesia em proteger as massas. O camarada Hugo, do Comitê Construtor do POR no Chile, demonstrou a gravidade da canalização do movimento das massas para a armadilha burguesa da Assembleia Constituinte. Assinalou a tarefa da luta pela independência política do proletariado e dos demais explorados, que passará pela experiência das massas diante da impostura democrático-burguesa. A construção do partido no Chile fortalecerá o Comitê de Enlace e a luta pela reconstrução da IV Internacional.

Por que o POR da Bolívia é um pilar da reconstrução da IV Internacional

Guillermo Lora demonstrou que as três Internacionais, que precederam à fundação da IV Internacional, em 1938, se assentaram na luta da vanguarda marxista para materializar programática e organizativamente a concepção internacionalista da revolução proletária e do caráter mundial da sociedade sem classes, o comunismo. As experiências de construção e desintegração das Internacionais devem estar presentes na constante luta da van-

guarda, que se orienta pelo internacionalismo marxista-leninista-trotskista.

A I Internacional, pelas condições históricas da segunda metade do século XIX, constituiu a base programática sobre a qual poderia se levantar o edifício do Partido Mundial da Revolução Socialista. O programa em si, redigido por Marx e Engels, não tinha como dar esse passo grandioso, dependia das bases materiais do capitalismo e do desenvolvimento da luta de classes. O caráter federativo que caracterizou a I Internacional, embora o marxismo fosse centralista, acabou sendo uma imposição das circunstâncias, das quais Marx e Engels tiveram de se valer para dar um passo prático na ação internacionalista do proletariado, ainda que restritamente europeu. A Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864, se viu de frente à primeira revolução proletária, que foi a Comuna de Paris, de 1871. A impossibilidade de sua vitória e, portanto, da abertura do caminho à revolução mundial, serviu de desfecho ao confronto entre o marxismo e o anarquismo, que se digladiaram o tempo todo sob o teto da Internacional. Esgotavam-se as experiências com as correntes que não assimilaram o socialismo científico. A inexistência de um poderoso partido proletário inviabilizou a continuidade da I Internacional, embora o anarquismo tivesse sido derrotado ideológica, teórica e programaticamente.

A semente do internacionalismo permaneceu com toda vitalidade, o que não demorou a florescer na forma mais avançada da II Internacional, em 1889. Somente Engels pôde participar à distância da iniciativa, dirigida pelo Partido Socialdemocrata Alemão, que assumia o marxismo e a tarefa de erguer a nova Internacional sobre a base do socialismo científico. Esse esteio da II Internacional não suportaria as pressões da democracia e das tendências reformistas da burguesia e da pequena burguesia. Ao caminhar no sentido da adaptação do programa revolucionário à política parlamentar e ao sindicalismo reformista, nas condições de desenvolvimento pacífico do capitalismo, a socialdemocracia desembocou no socialchauvinismo do período imperialista, no início do século XX. A II Internacional se afundou no pântano da guerra imperialista, para nunca mais se reerguer. Antes que fosse até o fim com sua capitulação, uma fração revolucionária, ultraminoritária, encarnada pelo bolchevismo, liderada por Lênin, travou o combate frontal ao revisionismo socialdemocrata. A degeneração da II Internacional já havia atingido um ponto sem retorno, antes mesmo da eclosão da 1ª Guerra Mundial, em 1914. O reformismo havia comprometido sua natureza original. O internacionalismo proletário passava para as mãos do bolchevismo.

A III Internacional foi fundada, como programa, em meio à guerra mundial, mais precisamente em 1916, e antes da derrubada da burguesia na Revolução Russa de 1917. É bom frisar a constatação de que nasceu como programa, encarnado pela luta do bolchevismo pela revolução na Rússia e pelo combate ao revisionismo alicerçado na Alemanha. A forma organizativa de sua

fundação, em 1919, como Partido Mundial centralista-democrático, possibilitou o desenvolvimento do programa, abrangendo todos os aspectos da revolução proletária, como expressão das ricas experiências da luta internacional do explorados e das respectivas particularidades nacionais.

A elaboração coletiva no plano do internacionalismo foi elevada ao ponto mais alto em relação às experiências da I e II Internacionais. O que permitiu um rigor teórico, cuja raiz se encontra nas formulações da I Internacional marxista. A Revolução Russa projetou o bolchevismo como o pilar da III Internacional. A revolução social na Rússia iniciou um período de transição do capitalismo ao socialismo. A III Internacional, distintamente do que se passou com a I Internacional, se ergueu sobre a base da revolução vitoriosa, tendo absolutamente claro o objetivo estratégico de desenvolver a revolução mundial, sem a qual não era possível sustentar as novas relações de produção embrionárias na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). De maneira que a III Internacional estava obrigada a responder pela transição do capitalismo ao socialismo na URSS como parte da revolução mundial, e, sob esse objetivo histórico, orientar a luta revolucionária em todo o mundo. A decomposição do capitalismo da época imperialista e a luta de classes haviam amadurecido as condições para a constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista.



A 2ª Guerra se encarregou de testar a consistência da assimilação do Programa de Transição pelos dirigentes e pelas seções da IV Internacional, principalmente da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

A degeneração estalinista do Partido Bolchevique e, conseqüentemente, da ditadura do proletariado na URSS, concluiu liquidando a III Internacional, extinta em 1943, em meio à 2ª Guerra Mundial. O revisionismo estalinista dos fundamentos do internacionalismo marxista iniciou a liquidação da III Internacional, degenerando o seu programa, para, finalmente, eliminá-la organizativamente. O impulso às tendências restauracionistas e à adaptação do Estado operário às pressões do imperialismo, desta vez, sob a hegemonia dos Estados Unidos, tornaram a III Internacional em casca oca e completamente desnecessária para a política do estalinismo, que passou a ser guiada pelo programa do “socialismo em um só país” e da convivência pacífica com as potências.

A vitória mais importante da aliança imperialista, vencedora da 2ª Guerra, foi a de acabar com o Partido Mundial da Revolução Socialista. Assim, o caminho para a restauração burguesa ficava livre na URSS, de um lado; e os partidos comunistas do mundo inteiro passariam a cumprir a função de coveiros das revoluções, de outro. A II Internacional se degenerou com o chauvinismo pró-imperialista. O que obstaculizou o desenvolvimento da revolução mundial, traindo a revolução alemã, isolando a Revolução Russa e favorecendo as pressões restauracionistas internas e externas.

Assim como Lênin compreendeu o alcance destrutivo da degeneração do Partido Socialdemocrata Alemão e da II Internacional, passando a defender a constituição da III Internacional, depois de ter travado a batalha contra o revisionismo, Trotsky se insurgiu contra o revisionismo estalinista. Lutou por meio da Oposição de Esquerda Russa e depois da Oposição de Esquerda Internacional, sob a bandeira do internacionalismo marxista, para evitar a potenciação das tendências restauracionistas e a destruição da

III Internacional, concluindo obrigatoriamente pela formação da IV Internacional em 1933, e fundando-a em 1938, às vésperas da 2ª Guerra Mundial.

Nota-se que Trotsky se apoiou na experiência da decomposição da II Internacional e na orientação e método desenvolvidos por Lênin, voltados à continuidade do internacionalismo, sob uma nova Internacional. A liquidação da III Internacional ocorreu como resultado da burocratização do Partido Bolchevique (Partido Comunista da União Soviética - PCUS). A impossibilidade da Oposição de Esquerda Russa derrotar o revisionismo estalinista decidiu a sorte da III Internacional. A Oposição de Esquerda Internacional, por sua vez, não contou com um partido bolchevique, que dirigisse a revolução e se erguesse como pilar da IV Internacional. Na América Latina, os partidos trotskistas surgiam de cisões dos partidos comunistas estalinizados, ainda embrionários não tinham penetração no proletariado e necessitavam elaborar o programa da revolução proletária em seus países, de acordo com os fundamentos dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional e do Programa de Transição da IV Internacional. A derrota da revolução espanhola, em 1939, foi decisiva para o estalinismo ir adiante com sua política liquidacionista da III Internacional e de combate à IV Internacional, que, munida do Programa de Transição, se empenhava por constituir seções vinculadas ao proletariado de cada país.

Na França e Estados Unidos se frustraram o empenho de Trotsky de assentar a IV Internacional em sólidos alicerces, que poderiam ser constituídos pelas suas duas principais seções. A inexistência de um partido bolchevique que encarnasse o Programa de Transição, aplicando-o às particularidades nacionais na Espanha, França, Estados Unidos, etc. impossibilitou que a IV Internacional ocupasse um lugar prático de direção internacional do proletariado, guiada pelo Programa de Transição. A luta de Trotsky contra o centrismo e os desvios antimarxistas nas próprias fileiras da IV Internacional evidenciou o seu maior obstáculo, que era a inexistência de uma seção dirigente do proletariado. O assassinato de Trotsky interrompeu o seu trabalho de construção da IV Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista, cujas seções na América Latina, repetimos, começavam a engatinhar.

Bastou uma década para que a direção da IV Internacional refletisse sua debilidade e incapacidade de dar continuidade ao caminho estabelecido por Trotsky. A 2ª Guerra se encarregou de testar a consistência da assimilação do Programa de Transição pelos dirigentes e pelas seções da IV Internacional, principalmente da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. O seu Secretariado Internacional (SI) se assombrou, diante do fortalecimento da burocracia estalinista no pós-guerra, sem se dar conta do caráter circunstancial da projeção do estalinismo e do significado histórico da destruição da III Internacional. Por não ser uma direção voltada à aplicação do Programa de Transição nas condições concretas de suas seções, não tinha como estabelecer uma diretriz mundial coerente e consistente, que desse conta da nova etapa que se abriria, com a reconstrução imperialista do pós-guerra, a transferência do poder mundial da burguesia para os Estados Unidos e os compromissos do Estado soviético degenerado com as potências vitoriosas.

O revisionismo que se instaura da década de 1950, encabeçado pelo seu dirigente máximo Michel Pablo, tem como conteúdo a mudança de caracterização do estalinismo como corrente contrarrevolucionária. O que desencadeou uma série de erros e traições aos fundamentos do marxismo, entre eles, a degeneração da

vanguarda revolucionária por detrás do nacionalismo burguês, nos países semicoloniais. A oposição antipablista, no entanto, não demorou em expor sua incapacidade para derrotar o revisionismo e dar continuidade à IV Internacional, que, finalmente, se desintegrou.

O fato da direção da IV Internacional não se assentar em nenhuma seção que pudesse ser responsabilizada pela traição da revolução, como se passou com a II e a III Internacional, permitiu que o desmoronamento da IV Internacional se limitasse organizativamente, sem que houvesse a possibilidade dos revisionistas substituírem o Programa de Transição, como fez o estalinismo com o programa dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional. Eis por que a tarefa continua sendo a de reconstruir a IV Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista.

Das cisões ocorridas no interior da direção da IV Internacional, se destacaram três tendências fundamentais, a liderada por Michel Pablo (pablista), que se desdobrou no mandelismo; a de Nahuel Moreno (morenista); e a de Pierre Lambert (lambertista). As subdivisões foram consequências inevitáveis, uma vez que a principal tendência opositora ao pablismo, que foi o lambertismo, fracassou na tarefa de impulsionar a construção de sua própria seção francesa no seio do proletariado e, assim, aplicar o Programa de Transição nas particularidades nacionais. O Comitê Internacional (CI) se distanciou cada vez mais do dever de orientar as seções na América Latina, seguindo as diretrizes já estabelecidas nas teses dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista, que estabeleceu a linha geral da revolução proletária nas condições particulares dos países semicoloniais e, portanto, oprimidas pelo imperialismo. O morenismo se armou como uma tendência centrista democratizante. E o pablismo mergulhou no nacionalismo burguês. De conjunto, tem em comum a renúncia em constituir o programa de revolução proletária, o que resultou no abandono da estratégia da ditadura do proletariado, ou seja, da tradição marxista-leninista-trotskista. No fundo, constituíram-se em variantes do democratismo pequeno-burguês e do sindicalismo corporativista de esquerda.

Destituídas da estratégia revolucionária, as três tendências, que estilhaçaram a IV Internacional e que deram lugar a subdivisões, são obrigadas a se enfileirarem por trás das disputas interburguesas entre a direita e a esquerda reformista, diferenciando-se com fórmulas diversionistas sobre o caráter do governo democratizante, voto crítico, constituinte, impeachment. Alinham-se em frentes eleitorais de esquerda, em função dos obstáculos impostos pelas leis eleitorais antidemocráticas. Enfiam-se em partidos reformistas, ou seguem como sua ala esquerda. Incentivam a burocracia sindical a constituir partidos de trabalhadores. Mantêm-se afastadas da tarefa de unificar a classe operária e os demais explorados, a partir de suas necessidades e

reivindicações vitais. De distintas maneiras, se agarram a movimentos corporativos da classe média, que se formam em torno a questões da opressão sobre a mulher, racismo e discriminações sexuais. Deformam e obscurecem o fundamento de classe de todas as formas de opressão. Esses traços gerais se explicam pela ausência da teoria e do programa da revolução proletária, que correspondem às particularidades nacionais, como refração da economia e da luta de classes mundiais.

O pablismo-mandelismo, morenismo e lambertismo, com suas subdivisões, já não guardam relações com o trotskismo, que é a continuidade do marxismo-leninismo. Mesmo a sua ala mais à esquerda não pode se colocar a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Cada tendência, a seu modo, se dedica a se construir como fração, em nome do internacionalismo e do trotskismo, sem, contudo, realizar um balanço crítico e autocrítico de seus desvios centristas e democratizantes, que obrigatoriamente as levariam a reconhecer o abandono da estratégia da ditadura do proletariado e a se colocar por se constituir no terreno do programa da revolução proletária. A dissolução da IV Internacional e o seu estilhaçamento em tendências centristas retardaram e retardam a luta pela superação da crise mundial de direção, prognosticada pelo Programa de Transição e colocada como a principal tarefa histórica a ser resolvida.

A etapa de fortalecimento do estalinismo no pós-guerra foi cedendo lugar à sua desintegração, uma vez que o aparato burocrático refletia e impulsionava as tendências restauracionistas. A crise que se instalou no interior do PCUS, depois da morte de Stalin, 1953, desencadeou um processo de ruptura dos partidos

comunistas no mundo todo. A fração direitista da burocracia, sob a pressão do imperialismo, aplainou o caminho da restauração. O desabamento da URSS, em 1991, foi a comprovação definitiva do caráter contrarrevolucionário da tese estalinista da possibilidade de construção do “socialismo em um só país” e da “coexistência pacífica” com o imperialismo. Os movimentos democráticos no Leste Europeu, na ausência do partido revolucionário, serviram às forças burguesas e pró-imperialistas da restauração capitalista.

Esses acontecimentos desnortearam ainda mais as tendências revisionistas do trotskismo, que se mostraram incapazes de dar continuidade à orientação da IV Internacional. As teses da “Revolução Traída”, de Trotsky, não foram assimiladas e incorporadas pela direção que se lançou ao revisionismo.

Diante do desmoronamento da URSS e das Repúblicas Populares, as várias tendências revisionistas se perderam no emaranhado dos acontecimentos e se distanciaram definitivamente do Programa de Transição. A restauração capitalista avançou e se consolidou depois da 2ª guerra Mundial. As ilusões de que a União Soviética saiu vitoriosa, no quadro da aliança com os Es-



A dissolução da IV Internacional e o seu estilhaçamento em tendências centristas retardaram e retardam a luta pela superação da crise mundial de direção, prognosticada pelo Programa de Transição e colocada como a principal tarefa histórica a ser resolvida.

tados Unidos, foram se desmoronando na medida em que o imperialismo impunha suas condições na nova partilha do mundo, e criava as condições para lançar a “guerra fria”, em 1947. Somente as revoluções proletárias e o avanço na construção do socialismo poderiam derrotar a ofensiva restauracionista, desfechada pelo imperialismo norte-americano. As traições ao proletariado mundial e o fortalecimento da fração burocrática francamente pró-capitalista impossibilitaram quebrar o cerco da contrarrevolução, que prolongou a “guerra fria” até a derrocada da União Soviética, 1991. Sob essas condições, é que os revisionistas da IV Internacional se mostraram incapazes de trabalhar no sentido contrário à destruição das conquistas das revoluções no século XX.

Os avanços da restauração se deram, principalmente, a partir do momento em que se esgotava a reconstrução do pós-guerra e as forças produtivas mundiais voltavam a se chocar frontalmente com as relações de produção e domínio imperialista. A década de 1970 assinalou a retomada da crise estrutural do capitalismo e o impulso das forças restauracionistas na China, que se potenciam na década seguinte e concluem com a quebra da URSS nos anos de 1990. A guerra civil na Iugoslávia e a intervenção dos Estados Unidos retrataram a barbárie capitalista em sua fisionomia restauracionista, em 1991/1992.

É importante levar em conta essa dimensão para se ter claro a profundidade do retrocesso histórico, provocado pela decomposição das economias que transitavam do capitalismo ao socialismo e pela restauração triunfante. O capitalismo mundial se valeu da restauração para obter um respiradouro no quadro de sua crise estrutural. A quebradeira de 2008-2009 resultou do esgotamento desse processo, e determinou o agravamento da guerra comercial e da corrida armentista.

No momento, a pandemia segue o seu curso destrutivo, sem que a burguesia mundial pudesse defender minimamente as massas exploradas e escravizadas. A crise de direção se adensa, diante do impulso da barbárie social. As correntes revisionistas do trotskismo se mostram impotentes, e seguem os passos de uma das frações da burocracia sindical, que, por sua vez, segue uma das frações da burguesia.

Em meio a esta catástrofe, sobrevive o Comitê de Enlace. Os 86 anos do POR da Bolívia põe à tona o seu lugar estratégico na luta pela reconstrução da IV Internacional. A existência e o desenvolvimento do marxismo-leninismo-trotskismo neste país semicolonial, de economia atrasada, cujo peso na América Latina é diminuto, se passou em grande parte à margem da falência ideológica, política e programaticamente da direção da IV Internacional, que detinha em suas mãos a tarefa de dar continuidade à resistência heroica de Trotsky ao revisionismo e ao restauracionismo. É no marco desse retrocesso que se deve medir o peso político do POR da Bolívia, diante do objetivo histórico de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. A medida se encontra no seu programa e contribuições teóricas ao marxismo, que se forjaram no seio do proletariado mineiro e da maioria oprimida. A Revolução de 1952 os temperou na forja da luta de classes.

Ao contrário do que afirmam as várias tendências revisionistas, o POR, fortalecido pelo impulso das Teses de Pulacayo, de 1946, e pela experiência do Bloco Mineiro Parlamentar, de 1947, passou pela prova da hegemonia do nacionalismo pequeno-burguês e burguês, lutando pela independência política dos explorados no turbilhão da revolução. Ficou patente que as tarefas democráticas do país oprimido pelo imperialismo somente pode-

rão ser cumpridas sob a revolução proletária, sob a ditadura do proletariado. Essa compreensão programática do POR derivou de sua assimilação da orientação de Trotsky para o desenvolvimento da revolução proletária na América Latina, cujas particularidades nacionais se distinguem, por suas tarefas democráticas, da revolução nos países de capitalismo avançado, imperialistas. É nesse terreno que as várias tendências centristas combateram e combatem o POR boliviano.

A IV Internacional se batia em torno ao revisionismo pablista, que procurou conduzir a política do POR, alimentando uma fração, que iria capitular sob a pressão do nacionalismo, galgado pelo MNR e concretizado em traição às massas pelo seu governo. O pablismo passou pela experiência de 1952 como fração liquidacionista do POR. Sua derrota pela fração marxista-leninista-trotskista, liderada por Guillermo Lora, foi a condição da sobrevivência da vanguarda revolucionária, sem a qual não teria sido possível erguer a Assembleia Popular, de 1971, esmagada pelo golpe fascista do general Hugo Banzer. A tendência pablista foi derrotada programaticamente na Bolívia, no interior da revolução, e em nenhum outro lugar.

As tendências morenista e a lambertista não foram capazes de assimilar as experiências e as conquistas do POR boliviano. Acabaram como auxiliares do pablismo, na política de deformação dos acontecimentos de 1952 e isolamento internacional do POR. O fato do trotskismo enraizado no proletariado boliviano não ter tido condições para realizar uma sistemática intervenção no interior da IV Internacional dificultou a luta pela superação da crise de direção, o que se reflete no objetivo histórico de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Guillermo Lora faz esse reconhecimento, e não deixa de assinalar os erros cometidos pelo POR, que retardaram o avanço de suas conquistas no terreno da luta internacional. Explica, na forma de balanço autocrítico, que a influência do pablismo não foi apenas contraproducente para o desenvolvimento do internacionalismo na Bolívia, mas também para a linha do partido diante da ascendência do nacionalismo sobre as massas. O apoio crítico antimarxista ao MNR teve como consequência a formação de uma fração revisionista no seio do partido. A sua derrota, porém, fez parte do amadurecimento programático do POR, o que lhe permitiu dar passos seguros nas lutas que se seguiram à Revolução de 1952. O pablismo concluiu sua aventura revisionista capitulando diante do foquismo castro-guevarista.

Como se vê, as dificuldades interpostas no trabalho do Comitê de Enlace não se devem apenas ao caráter embrionário das seções da Argentina, Brasil e Chile, mas também ao longo isolamento do POR. O fundamental, porém, é que as conquistas do POR boliviano se deram no terreno do internacionalismo, da aplicação do Programa de Transição. O fortalecimento das seções do Comitê de Enlace no seio do proletariado é a condição para progredir no objetivo de superar a crise de direção. Não se pode avançar na constituição de uma direção internacional, sem que esteja apoiada nas conquistas programáticas do POR boliviano e no empenho das seções pela constituição de uma direção, volta à edificação do Partido Mundial da Revolução Socialista.

*Viva os 86 anos do POR!
Avancemos no trabalho internacional
de reconstrução do Partido Mundial
da Revolução Socialista!*

Atílio de Castro, 2 de julho de 2021

86 anos de luta consequente pelo governo operário e camponês e de todos os oprimidos!

O POR, seu programa, é o depositário da tradição e dos postulados básicos da política revolucionária do proletariado boliviano, forjada nas ideias do trotskismo, com base nas Teses Pulacayo, aprovadas no Congresso Extraordinário da Federação dos Mineiros, em 1946.

Esse fato ganhou relevância internacional, por se tratar da assimilação de um programa de clara orientação trotskista pelo proletariado de um país culturalmente atrasado. Ocorreu que a experiência política da luta do proletariado mundial, para acabar com a exploração capitalista, expressa por meio da mais avançada ideologia revolucionária (marxismo-leninismo-trotskismo), tornou-se no instrumento que permitiu ao jovem POR dar forma política consciente aos impulsos elementares do proletariado nativo, que, apesar de seu atraso cultural e de sua pouca experiência de luta, é instintivamente comunista e que, sendo uma engrenagem da economia capitalista mundial, sua experiência não é estranha às do proletariado no continente e no mundo.

Na Bolívia, país capitalista atrasado, devido à incapacidade da burguesia nativa em resolver o atraso do país (não teve tempo de se desenvolver, devido à incorporação tardia do país à economia capitalista mundial, e à penetração do capital financeiro), cabe à classe operária minoritária (classe revolucionária por excelência, dada a sua condição de não possuir os meios de produção) assumir o papel de vanguarda revolucionária da nação oprimida, para libertar o país da opressão imperialista, e cumprir a tarefa de superação do atraso e da miséria. O objetivo estratégico da luta proletária, que conduz os explorados e oprimidos, é o do estabelecimento do governo operário-camponês e de todos os oprimidos, do socialismo, que significa a eliminação da grande propriedade privada burguesa e sua substituição pela propriedade social dos meios de produção (minas, petróleo, grandes indústrias, bancos, comércio exterior).

O POR se temperou na luta contra o nacionalismo pequeno-burguês do MNR, na luta contra a ditadura fascista de Barrientos, com seus mártires operários, Cesar Lora e Isaac Camacho, na superação do nacionalismo, com a Tese Socialista do IV Congresso da COB, na superação da experiência do messianismo e do voluntarismo pequeno-burguês do foquismo aventureiro, com a criação da Assembleia Popular, órgão do poder operário e primeiro Soviete latino-americano, na luta contra a ditadura militar de Banzer, bem como na luta



contra a ditadura burguesa, sob a caricatura da democracia burguesa formal – inviável nas condições atrasadas da Bolívia.

Hoje, na luta contra o reformismo pequeno-burguês e o indigenismo pós-moderno da impostura MASista.

Em todas essas lutas, desenvolve-se uma polêmica que, com suas particularidades, variantes, é comum à realidade da maioria dos países coloniais e semicoloniais, onde a existência de tarefas democráticas burguesas pendentes exige uma resposta que inicialmente é levantada pela burguesia nacional, ou sua substituta, a pequena burguesia, que se coloca à cabeça da rebelião da nação oprimida, procurando dar uma solução aos problemas do atraso, no marco do respeito às relações de produção capitalistas, tudo isso na época de decadência do capitalismo, sua fase imperialista. A inviabilidade histórica do projeto nacionalista burguês abre as portas para o proletariado disputar a direção, e assumir a liderança da nação oprimida, para encaminhar sua luta pela libertação nacional e social. O objetivo revolucionário é o de colocar em pé a sociedade comunista, na qual todas as formas de opressão nacional e social acabarão. Essa possibilidade pode realizar-se, desde que o partido revolucionário se desenvolva no seio da classe operária, um partido-programa, que revela as leis gerais do capitalismo, refratadas naquela realidade histórica, cultural e geográfica particular, que conforma cada nação.

Isso é o fundamental da riquíssima experiência dos 86 anos de luta do POR boliviano para o internacionalismo proletário. Uma experiência que exige ser criticamente assimilada por todos aqueles que se dizem revolucionários, porque permite superar a crise de direção revolucionária mundial, crise que marca o destino atual das lutas das massas oprimidas do planeta, que buscam acabar com a decadência e barbárie do capitalismo em decomposição.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.”

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Manifesto do POR

150 anos da Comuna de Paris



A luta de classes entre o proletariado e a burguesia nunca cessa. Vitórias e derrotas fazem parte do contraditório movimento histórico de transição do capitalismo ao comunismo. A Comuna de Paris, em maio de 1871, foi sufocada a sangue, depois de setenta e dois dias de combate.

Os reflexos de sua derrota no movimento operário francês foram profundos. O restabelecimento da ditadura de classe da burguesia se deu à base da liquidação do destacamento avançado das massas insurretas e da sua vanguarda. A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a I Internacional, não teve como sobreviver. Constituída em 1864, dissolveu-se em 1874. As experiências da Comuna de Paris provocaram a cisão definitiva, no interior da AIT, entre a concepção marxista da revolução proletária e as ideias difusas do anarquismo.

“ *As leis históricas da revolução social, e as várias medidas tomadas em sua efêmera existência permaneceram e permanecem vigentes, assim como, 46 anos depois, expôs a Revolução Russa; e as reconheceram e aplicaram, os dirigentes bolcheviques.* ”

A Mensagem de Marx ao Conselho da AIT – “A Guerra Civil na França” – se encarregou de revelar os elos causais da vitória e da derrota da Comuna, extraindo as lições e fundamentos da revolução social, que confirmavam e solidificavam programaticamente o “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848. Marx e Engels, rodeados de camaradas como Vaillant e Longuet, demonstraram que a derrota física dos explorados foi precedida de preciosas vitórias históricas. As leis históricas da revolução social, e as várias medidas tomadas em sua efêmera existência permaneceram e permanecem vigentes, assim como, 46 anos depois, expôs a Revolução Russa; e as reconheceram e aplicaram, os dirigentes bolcheviques.

Inúmeras revoltas, revoluções e contrarrevoluções se estenderam pelo século XX, como havia prenunciado a tomada do poder pelos explorados, em março de 1871, na França. Há que indicar a enorme importância da Revolução Chinesa em 1949, que se iniciou como luta pela independência nacional em meio à Segunda

Guerra Mundial, e concluiu expropriando os mandarins agrários e a burguesia urbana. A Revolução Russa e a Chinesa assentaram dois marcos do movimento revolucionário mundial do proletariado, entre as duas guerras mundiais, deflagradas pelas potências imperialistas em busca de novas repartições do mundo.

As leis do desenvolvimento da sociedade de classes, que respondem às relações entre as forças produtivas e as relações de produção, vieram à luz do dia na sublevação da Comuna de Paris, possibilidade que estava exposta no Manifesto do Partido Comunista pelo materialismo histórico. No entanto, a luta do proletariado contra a burguesia ainda se encontrava no alvorecer, como Marx e Engels analisaram nos acontecimentos de 1848, e se confirmaram nos da Comuna de Paris.

O desenvolvimento da luta de classes nos países da Europa, em que as forças produtivas avançavam como carro chefe do capitalismo, sobretudo, na Inglaterra e França, amadureceram as condições para Marx e Engels superarem o socialismo utópico pelo socialismo científico. A teoria e o programa se materializaram na organização da Liga dos Comunistas e da Associação Internacional dos Trabalhadores. O marxismo forjava uma vanguarda revolucionária, sobre a base de fundamentos e orientação prática do internacionalismo proletário. Não teve como se constituir como força dirigente da Comuna, influenciada principalmente por orientações anarquistas e pseudo socialistas. No entanto, Marx e Engels orientaram a AIT a agir sob a diretriz programática, estabelecida no Manifesto do Partido Comunista, orientando seus membros franceses a estarem à frente dos combates, e a impulsionarem as medidas revolucionárias.

As duas Mensagens – de julho e setembro de 1870 – sobre a guerra franco-prussiana, e a Mensagem de 30 de maio de 1871 – “A guerra civil na França” – comprovaram o empenho de Marx em orientar a intervenção da AIT diante da guerra entre a França e a Prússia, e da guerra civil, que conduziu à tomada de Paris pelas massas e à constituição da Comuna. A derrota física da primeira revolução proletária não resultou na demonstração da inviabilidade da derrocada da burguesia e das transformações socialistas. Demonstrou a importância decisiva da direção, que encarnasse o programa e a estratégia revolucionários. É o que, em síntese, se extrai da Mensagem “A guerra civil na França”. A AIT não teve

como ser mantida, dissolvendo-se em 1874, sob o fogo cerrado dos anarquistas ao marxismo. As análises e posições políticas de Marx e Engels foram confirmadas, resultando em uma vitória do programa e da teoria do socialismo científico.

A luta de classes se dá de acordo a determinadas relações de força e condições de desenvolvimento da direção do proletariado, que encarna o programa e a política partidária. Marx expôs, com rigor analítico e precisão teórica, essa relação, para extrair as lições da Comuna, e orientar o proletariado, no longo processo histórico da luta de classes, até alcançar o comunismo. Depois da Comuna e da extinção da I Internacional, o proletariado europeu e mundial progrediu, obtendo importantes vitórias em meio a derrotas.

Neste momento, quando voltamos à Comuna de Paris, um século e meio de história se passaram, e o capitalismo resiste em ceder lugar a uma sociedade superior sem classes. A derrota do proletariado parisiense é um pontinho, se comparada à que suportam, atualmente, as massas em todo o mundo, com o avançado estado de restauração capitalista na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e na República Popular da China. O desabamento desses dois pilares da revolução mundial arrasta consigo todas as conquistas revolucionárias alcançadas no século XX, época de dominação imperialista – de decomposição do capitalismo, guerras, revoluções e contrarrevoluções. Época em que as forças produtivas se chocam frontalmente com as relações capitalistas de produção, potenciando o desemprego, a miséria e a fome. Época em que a economia mundial tende à estagnação e à recessão, acirrando a guerra comercial. Época em que predominam as tendências bélicas, o militarismo e o intervencionismo das potências sobre as semicolônias. Época em que as democracias mais avançadas não podem ocultar o Estado policial. Não há, portanto, maior derrota do proletariado do que o reatamento dos elos da cadeia mundial, rompidos pelas revoluções proletárias do século passado.

A restauração tem sido uma vitória sem precedentes da burguesia sobre o proletariado. Uma vitória da contrarrevolução que elevou e continua a elevar as contradições do capitalismo a um patamar mais alto, que desembocaram nas carnificinas e destruição maciça de forças produtivas, pelas guerras de 1914-18, e de 1939-45. Ao retroagir a propriedade social dos meios de produção na ex-URSS, no Leste Europeu, na China e em Cuba, interrompeu-se a transição do capitalismo ao socialismo. Interrompeu-se a compatibilização entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações socialistas de produção. Continuam a imperar os obstáculos da grande propriedade, dos monopólios e dos trustes, ao progresso das forças produtivas, que se decompõem, afetando a força de trabalho, que é o seu principal componente. Continuam a impedir os obstáculos erguidos pelas fronteiras nacionais, pela divisão do mundo entre um pequeno número de potências, e pelo saque dos países semicoloniais. Continuam a imperar a crise de superprodução e o agigantamento do capital financeiro parasitário.

A restauração capitalista se foi impondo, antes da eclosão da Segunda Guerra, por meio de diretrizes econômicas, sociais e políticas, regidas pelo socialismo nacional dos partidos comunistas burocratizados, tendo à frente o Partido Comunista da Rússia estalinizado. Um novo fenômeno histórico emergiu do confronto, entre os países regidos pela propriedade social, e o imperialismo regido pela propriedade privada monopolista. Ou a revolução mundial avançava, ou as conquistas obtidas por meio da guerra civil seriam sufocadas e destruídas. A derrota da revolução alemã, logo após a revolução russa, estabeleceu um marco a favor da resistência burguesa externa e interna à recém-criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O fenômeno novo correspon-

deu ao surgimento, no interior do Estado operário, do revisionismo do programa e da teoria marxistas do internacionalismo comunista, assentados por Marx e aplicados pela AIT. Essa tendência foi encarnada pelo estalinismo, que, para se impor, teve de derrotar a oposição marxista-leninista-trotskista.

A formação de uma casta burocrática dirigente privilegiada levou, às últimas consequências, a tese sobre a possibilidade de construir o socialismo em um só país, servindo de meio por onde penetraram as pressões, do imperialismo e das forças econômicas capitalistas, que sobreviveram à revolução. O que levaria à degeneração da III Internacional e à sua dissolução, por ordem de Stalin, em junho de 1943.

“ *Nestes 150 anos da Comuna de Paris, é obrigatório que a vanguarda com consciência de classe recupere os elos da história das revoluções e contrarrevoluções, para prosseguir com a obra de Marx e Engels, Lênin e Trotsky, e outros marxistas que não cederam a nenhum tipo de ameaça e ataque da burguesia.*

Não se pode reivindicar a Comuna de Paris e os documentos da AIT, desligando-os das revoluções e contrarrevoluções que se seguiram. O proletariado e a maioria oprimida em todo o mundo pagam caro pelo retrocesso histórico de tamanha magnitude. A restauração foi impulsionada no pós-guerra, embora tenha havido a ilusão de que o comunismo se fortalecia, e continuava avançando contra o capitalismo, sem que fosse necessária a III Internacional, bastando a orientação da burocracia de Moscou. A derrota da Oposição de Esquerda Russa e os tremendos obstáculos para a Oposição de Esquerda Internacional erguer uma nova Internacional impossibilitaram barrar o agravamento da direção de direção. Já não havia as condições da luta de classes, para repetir a luta pela III Internacional, diante da liquidação da II Internacional pela política da socialdemocracia traidora.

A reconstrução da Europa e Japão, sob o domínio dos EUA, deu o tempo e as condições fundamentais para se montar o cerco econômico à União Soviética e aos seus satélites do Leste Europeu. A China, com o seu arraigado nacionalismo maoísta, serviu à estratégia da guerra fria e da restauração capitalista. Esgotada a reconstrução do pós-guerra, emergiram as velhas contradições do capitalismo imperialista, e a impotência das ditaduras burocráticas, diante de uma nova ofensiva da burguesia mundial, unida sob a chefia do Estado norte-americano, contra as conquistas revolucionárias da primeira metade do século XX. Interrompeu-se a transição do capitalismo ao socialismo. Assim se teve a dimensão exata da crise de direção revolucionária, exposta pela IV Internacional, que não teve como se firmar, depois do assassinato de Leon Trotsky.

Nestes 150 anos da Comuna de Paris, é obrigatório que a vanguarda com consciência de classe recupere os elos da história das revoluções e contrarrevoluções, para prosseguir com a obra de Marx e Engels, Lênin e Trotsky, e outros marxistas que não cederam a nenhum tipo de ameaça e ataque da burguesia. Voltamos, obrigatoriamente, à primeira revolução proletária no final do século XIX, em condições mais duras e difíceis da presente situação, de decomposição do capitalismo mundial e de inexistência do Partido Mundial da Revolução Socialista, que foi erguido programática e organizadamente pela III Internacional.

Mais recentemente, depois da crise geral de 2008-2009, a sua retomada em 2020, sob o impacto da pandemia, golpeia du-

ramente as massas em toda a parte, sem exceção. São mais de três milhões e cem mil mortos, que atingem principalmente as camadas mais pobres e miseráveis da população. O Brasil passou a ocupar o epicentro da pandemia, com mais de 400 mil mortos. A América Latina vem arcando com uma importante porcentagem no cômputo mundial. As burguesias e seus governantes, serviçais às potências, se mostram incapazes de proteger as massas.

A burguesia monopolista e imperialista explora impiedosamente as bárbaras consequências da contaminação generalizada. Em todos os países, cresce o desemprego, e se rebaixa o valor da força de trabalho. Implantam-se as condições mais perversas das contrarreformas, que vinham sendo impostas nos anos anteriores à Covid-19. A pobreza e a miséria se espalham até mesmo no interior das potências. E, nos países semicoloniais, dão um salto exponencial, ao ponto das instituições burguesas se virem na contingência de armarem as campanhas filantrópicas, para evitarem revoltas populares. As limitações econômicas e sociais da utilização do isolamento social – completamente previsível – puseram por terra as tentativas erráticas de conter a pandemia. A “salvação” dependia e depende da vacina, que acabou se tornando um instrumento da guerra comercial e das disputas dos monopólios por maior lucratividade. As medidas que pareciam depender estritamente de cada país e de cada governo, na realidade, sempre dependeram do imperialismo, dos monopólios, do grande capital. É o que veio revelar a guerra das vacinas, que expressa a acirrada guerra comercial travada entre as potências, tendo à frente os Estados Unidos.

A tempestade da pandemia atingiu os explorados, desorganizados e fragmentados pela política de colaboração de classes das direções sindicais e políticas. Houve uma capitulação generalizada das direções, inclusive da imensa maioria das correntes de esquerda, que abraçaram a política burguesa do isolamento social, como se fosse de fato uma tábua de salvação. Um grande muro de contenção foi erguido para que as massas não se levantassem, e para que o proletariado mundial não reagisse com seu programa de reivindicações, sua estratégia revolucionária e seus métodos próprios de luta.

A camisa de força da colaboração de classes vem impossibilitando a luta pela expropriação dos monopólios da indústria farmacêutica, da rede privada de saúde e do capital financeiro. Esse era e é o único caminho que permite aos explorados se

defenderem no seu terreno próprio de luta. No entanto, as direções traidoras barram até mesmo a resistência às demissões, ao fechamento de fábricas, à redução salarial e à destruição de direitos. Barram até mesmo a defesa de um auxílio emergencial capaz de proteger os explorados da miséria e da fome.

A classe operária foi literalmente desarmada ideológica, política e organizativamente diante da política burguesa e das consequências dramáticas da expansão da pandemia. Seus sindicatos e centrais foram postos a serviço das ações e das disputas interburguesas, quando mais necessitavam de independência, para que o proletariado saísse em sua própria defesa e em defesa da maioria oprimida.

Os burocratas vendidos chegaram ao ponto de se recusarem a realizar manifestações no 1º de Maio. Continuaram refugiados no mundo virtual. Não se tem, desde o período da segunda guerra mundial, uma traição tão generalizada às necessidades mais elementares das massas, travestida de defesa da vida. Há muito não se presenciava uma submissão tão profunda ao Estado burguês, e uma covardia tão generalizada, mascarada de humanitarismo, de dor e de luto pelos mortos.

A vanguarda revolucionária, minoritária e sem força no proletariado, não teve como abrir caminho para o rompimento da passividade e do império da política do medo. Mas, a defesa das posições programáticas, do plano de emergência próprio dos explorados, dos métodos coletivos de luta e da estratégia da revolução proletária, se levantou, como a bandeira de real defesa da vida dos explorados, e de combate à burguesia parasitária. Evidenciou-se que a vida da multidão que sobrevive do trabalho depende do proletariado organizado para o combate, e da marcha histórica da revolução, como demonstrou a Comuna de Paris e as revoluções proletárias que a seguiram. Tamanha mortandade não deixará a burguesia e seus capachos impunes. A maior das punições aos genocidas do povo é levantar o Partido Mundial da Revolução Socialista, como fizeram Marx e Engels, com a I Internacional.




“ (...) a vida da multidão que sobrevive do trabalho depende do proletariado organizado para o combate, e da marcha histórica da revolução, como demonstrou a Comuna de Paris e as revoluções proletárias que a seguiram.”

Viva a Comuna de Paris, exemplo de combate e destemor dos explorados!

Honremos seus combatentes, trabalhando pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS




Lições da
Comuna de Paris

Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Nova
Coleção
Editorial